



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA-UFBA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DA ESCOLA DE NUTRIÇÃO
MESTRADO EM ALIMENTOS, NUTRIÇÃO E SAÚDE**

INDIRA MENEZES PINTO DE CASTRO TANAJURA

**ACEPÇÕES DE MERENDEIRAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM BAIRRO DE SALVADOR, BAHIA**

Salvador, Bahia

2011

INDIRA MENEZES PINTO DE CASTRO TANAJURA

**ACEPÇÕES DE MERENDEIRAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE
ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM BAIRRO DE SALVADOR, BAHIA**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia –Linha de Pesquisa: Alimentação Nutrição e Cultura – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora:

Profa. PhD. Maria do Carmo Soares de Freitas

Salvador, Bahia

2011

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Universitária de Saúde,
SIBI - UFBA.

T161 Tanajura, Indira Menezes Pinto de Castro
Acepções de merendeiras sobre o Programa Nacional de Alimentação
Escolar em um bairro de Salvador, Bahia / Indira Menezes Pinto de Castro
Tanajura. – Salvador, 2011.
94 f.

Orientadora: Profª. Profª PhD Maria do Carmo Soares de Freitas

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Escola de
Nutrição, 2011.

1. Alimentos. 2. Merenda Escolar. 3. Nutrição. I. Freitas, Maria do
Carmo Soares. II. Universidade Federal da Bahia. III. Título.

CDU: 613.2

Termo de Aprovação

INDIRA MENEZES PINTO DE CASTRO TANAJURA

**ACEPÇÕES DE MERENDEIRAS SOBRE O PROGRAMA NACIONAL
DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR EM UM BAIRRO DE SALVADOR, BAHIA**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia – Linha de Pesquisa: Alimentação, Nutrição e Cultura – como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Alimentos, Nutrição e Saúde.

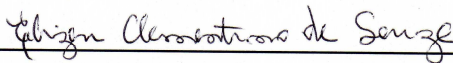
Dissertação aprovada em 07 de dezembro de 2011



ProF^a PhD Maria do Carmo Soares de Freitas
Orientadora PGNUT-UFBA



Prof^a Dr^a Lígia Amparo da Silva Santos
PGNUT-UFBA



Prof. Dr. Elizeu Clementino de Souza
PPGEduC - UNEB

***Dedico este trabalho a
meu pai Dilson (in memoriam)
que sempre estará
presente em nossas vidas.***

AGRADECIMENTOS

Durante esta caminhada em que tive a oportunidade de realizar mais uma conquista na minha vida fui feliz em compartilhar esse momento com pessoas muito especiais. Agradeço imensamente a todos que direta e indiretamente contribuíram para que pudesse realizar o Mestrado.

Sei que nada em nossas vidas ocorre ao acaso. Tudo tem um por que e fundamento. Portanto, preciso, devo e quero agradecer a todas as oportunidades que me foram propiciadas.

A minha família que incondicionalmente sempre esteve presente, me apoiando, vibrando com cada vitória. Amo vocês, todos são extremamente importantes pra mim. Obrigado por fazerem parte de minha vida.

Agradeço a minha mãe, Iaci, que sempre dedicou a sua vida a nossa, as minhas irmãs, Priscila e Katarina e ao meu sobrinho João Vitor. Ao meu pai, Dílson, que não está presente fisicamente, mas sei que sempre estará presente em nossos corações e feliz com cada realização. Ao meu esposo, Ivonei, que sempre me incentivou, apoiou e ajudou me estimulando a avançar profissionalmente e pessoalmente.

A minha querida orientadora, a professora Maria do Carmo Soares de Freitas que exerce de fato o papel de educadora. Carminha, obrigada pelo carinho, atenção, dedicação e por todo o aprendizado que nos proporciona. Você é um exemplo de pessoa simples, humana e que cativa a todos.

A todos os Doutores do Programa de Pós Graduação em Alimento, Nutrição e saúde. Em especial a professora Dra. Ligia Amparo pela sua dedicação ao Mestrado, pelo apoio durante o período do estágio e pelas contribuições para este trabalho.

A turma de estudantes de nutrição da disciplina Educação Nutricional com quem tive a oportunidade de conhecer e trabalhar durante o estágio. Aprendi muito com vocês.

Agradeço ao professor Dr. Elizeu Clementino de Souza pelas considerações e orientações no projeto e pelas sugestões de referências para leitura.

A José Carlos, secretário do Mestrado, por ser sempre prestativo e pela disposição em nos ajudar. Buscou sempre tratar a todos com dedicação e atenção. Tornou-se mais um amigo.

À Secretaria de Educação do Estado da Bahia por autorizar a realização da pesquisa nas escolas públicas estaduais na cidade do Salvador. Assim como os gestores das unidades escolares: Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes; Colégio Estadual Governador Roberto Santos; e a Escola Estadual Governador Roberto Santos.

Às colaboradas do estudo, as Merendeiras, que me receberam bem, com atenção e espontaneamente participaram da pesquisa permitindo o desenvolvimento do meu trabalho.

A todos os colegas do Mestrado pela companhia, conversas, ajuda e pelo aprendizado. Foi bastante proveitoso esse tempo que passamos juntos. Acredito que nosso convívio não se restringirá a esse período. Não esquecerei de vocês.

E ao grupo “quali”, Maria Augusta, Lílian e Luciana, que além da companhia durante esse período em que compartilhamos momentos de descontração e de tensão, me ajudaram na construção desse estudo. Espero que possamos continuar juntas realizando vários trabalhos.

A todos que fazem parte da minha vida, amigos, colegas de trabalho, familiares. Enfim, todas as pessoas com quem tenho o privilégio de dividir as conquistas e vitórias. Muito obrigada!

*“O segredo é não correr atrás das
borboletas... É cuidar do jardim para
que elas venham até você”.
(Mário Quintana)*

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura. **Acepções de merendeiras sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar em um bairro de Salvador, Bahia.** 91 f. il. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

RESUMO

O presente estudo resgata os significados atribuídos por merendeiras do PNAE compreendendo, suas reflexões e práticas de seu trabalho cotidiano na escola. Também, ressalta o papel desempenhado por essas profissionais no oferecimento de uma alimentação escolar de qualidade. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa nos espaços das escolas públicas de um bairro de Salvador e para tanto, utilizou-se a observação participante, registros de campo, entrevistas narrativas e pesquisa bibliográfica. São as merendeiras que mais podem oferecer uma prática observacional e crítica dos problemas que cercam os hábitos e a aceitabilidade das refeições dos consumidores escolares. Apesar disso, observou-se que elas não reconhecem o PNAE; não sabem sobre seus objetivos e entendem a merenda como parte das atividades do recreio. As atividades desenvolvidas cotidianamente são extremamente exaustivas, ocorrem em precárias condições estruturais e por isso sentem a indiferença e a desvalorização da comunidade escolar por seu trabalho. Conclui-se que os gestores ao desconhecerem as reflexões das merendeiras sobre seu trabalho no espaço cotidiano da escola, também desconhecem o PNAE. Essa simultaneidade de sentidos representa a falta de entendimento do programa por agentes da escola e por escolares. Isto afeta a noção de direito alimentar dos escolares bem como a produção de hábitos alimentares saudáveis.

Palavras-chave: alimentação escolar; análise de narrativas; significados atribuídos ao PNAE.

TANAJURA, Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura. **Renderings of cooks about the National School Feeding Program in a neighborhood of Salvador, Bahia.** 91 f. il. 2011. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Alimentos, Nutrição e Saúde, Escola de Nutrição, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2011.

ABSTRACT

This study recovers the meaning ascribed by the PNAE including cooks, their thoughts and practices of their daily work in school. Also highlights the role played by these professionals in providing quality school meals. It is a qualitative research approach in the space of public schools in a district of Salvador, and to this end, we used participant observation, field records, interviews and narrative literature. They are the cooks who can offer a more practical observational and critical of the issues surrounding the habits and consumer acceptability of school meals. Nevertheless, it was observed that they do not recognize the PNAE; do not know about your goals and understand the school lunch as part of recreational activities. The daily activities are extremely comprehensive, occur in poor structural conditions and thus feel the indifference and the devaluation of the school community for their work. We conclude that the managers of the ignorance of cooks reflections on his work in the everyday space of the school, also do not know PNAE. The simultaneity of meaning represents a lack of understanding of the program by school officials and school. This affects the notion of law school of food and the production of healthy eating habits.

Keywords: school feeding, analysis of narratives, the meanings attributed PNAE .

LISTA DE SIGLAS

BA – Bahia

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CECANE – Centro Colaborador de Alimentação Escolar

CEP – Comitê de Ética e Pesquisa

CLT – Consolidação das leis de trabalho

CNA – Comissão nacional de Alimentos

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e estatística

PAE – Programa de Alimentação Escolar

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

REDA – Regime Especial de Direito Adquirido

SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social

SEC – Secretaria de Educação do estado da Bahia

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UAN – Unidades de Alimentação e Nutrição

UFBA – Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
2. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	17
2.1 A evolução da Alimentação Escolar	17
2.2 Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar: comentários	19
2.3 A Merendeira Escolar	21
3. O CAMINHO DA PESQUISA	28
3.1 Tipo de Estudo	28
3.2 As Colaboradoras do Estudo	31
3.3 Em campo:	
3.3.1 Local e período de estudo	32
3.3.2 A coleta de dados	33
3.4 Análise	35
3.5 Aspectos Éticos	38
4. O TRABALHO DAS MERENDEIRAS	39
4.1 O processo de transição da merenda	39
4.2 As atividades da merendeira: a exaustão	40
4.3 O ambiente e as condições de trabalho	44
4.4 Como amenizar o desgaste?	48
4.5 O convívio...	50
4.6 A concepção de higiene	51
5. SOBRE A ALIMENTAÇÃO	53
5.1 Lembrança da merenda quando criança	52
5.2 O comer no trabalho	54
5.3 Concepção de saudável	55

5.4 Tabus alimentares e costumes	59
5.5 O cardápio	61
5.6 Que tipo de merenda os escolares preferem?	63
6. ACEPÇÃO SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	69
6.1 PNAE o que é isso?	69
6.2 A ausência do nutricionista na escola	75
6. CONCLUSÃO	78
7. REFERÊNCIAS	80
8. APÊNDICES	87
Apêndice A – Roteiro de entrevista com merendeiras do PNAE	88
Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para as merendeiras escolares	89
9. ANEXOS	91
ANEXO A – Autorização da Secretaria de Educação do estado da Bahia (SEC)	92
ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa	93

1. INTRODUÇÃO

A educação é comunicação, é dialogo, na medida em que não é transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados...

(Paulo Freire)

A escola pública no Brasil, além de ser um espaço pedagógico de aprendizagem, se apresenta como um lugar de comer e de promoção à saúde. Isto quer dizer que o ambiente de ensino ao articular de forma dinâmica as relações entre educandos, educadores, familiares e demais membros constituintes da comunidade escolar proporciona, além do processo de ensino-aprendizagem a constituição de um núcleo para agenciar à saúde.

Trata-se de conteúdos múltiplos sobre o corpo e o saudável em matérias de biologia ou ciências naturais com ênfase nos temas da higiene e da nutrição. Desse modo, a escola pode contribuir para um melhor estado de saúde de seus escolares não só informando-os com conteúdos teóricos, mas também oferecendo alimentação, esporte e lazer.

O tema deste estudo é sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, no campo micro-social. Um estudo realizado em escolas de um bairro da cidade do Salvador. Em nível nacional, este programa, segundo a retórica oficial, surgiu para colaborar com o desenvolvimento e o rendimento do escolar, a partir da oferta de alimentos seguros, de qualidade e saudáveis durante o ano letivo. Isto quer dizer que a alimentação escolar complementa as necessidades nutricionais dos escolares no período em que estão na escola (BRASIL, 2009a).

As ações do PNAE poderiam ser acompanhadas de educação alimentar e nutricional para estimular práticas e escolhas alimentares saudáveis, para a qualidade de vida do indivíduo (*Idem*).

Vale lembrar, que diante das condições históricas de carências nutricionais do povo brasileiro, o PNAE tem também como foco principal contribuir para reduzir a evasão da população escolar originária das camadas mais pobres do país. Daí o entendimento de que muitos estudantes freqüentam a escola para se beneficiar da alimentação. Contudo, há controvérsias. Para Muniz e Carvalho (2007) apenas uma minoria dos escolares têm na alimentação o principal motivo da frequência escolar.

O que se pode observar é que isso depende do contexto e das realidades locais. É notório que muitos escolares buscam no ambiente escolar o alimento que pode amenizar suas necessidades fisiológicas.

Nesse aspecto, é difícil generalizar uma posição sobre esta questão. Tomo como exemplo um estudo realizado na Bahia por Freitas (2009), que mostra uma comunidade periférica urbana de um município do sertão, onde há uma concentração visível de pobreza absoluta, sendo a escola o único lugar que garante a alimentação às crianças. Segundo relato das mães, nas férias escolares, período em que as crianças ficavam privadas do PNAE, muitas emagreciam e adoeciam.

De fato, em muitos lugares deste país, a alimentação na escola pode representar o único acesso a alimentos que os estudantes não têm oportunidade de consumir em suas realidades, por apresentarem rendas insuficientes. Adquirindo assim maior representatividade em termos alimentares que os previstos pelo PNAE, já que este não é um programa assistencialista.

A proposta do PNAE vai muito além, visa atender os direitos humanos a alimentação. Entretanto em casos como esses, de extrema pobreza, o programa passa a ser reconhecido como uma política para atender a população mais carente.

Na Bahia, cerca de 44% da população geral vive abaixo da linha da pobreza (BRASIL, 2011c) o que torna o PNAE representativo da sobrevivência de muitos escolares. Além disso, o programa incentiva a formação de novos hábitos e visa colaborar com a oferta de alimentação adequada, acessível a todos com dignidade.

A elaboração de refeições de qualidade requer diversas etapas que vão desde os recursos financeiros até a distribuição da merenda escolar para os estudantes. Para oferecer uma alimentação saudável é preciso ter um bom planejamento de cardápio, compra de gêneros alimentícios e condições adequadas de preparação. Além disso, essas preparações precisam respeitar os hábitos alimentares dos escolares e a região do país em que se encontram. Este planejamento deve ser feito por um profissional devidamente habilitado, que é o nutricionista.

Na elaboração das preparações servidas pelo PNAE existem profissionais específicos para a função, conhecidas como merendeiras escolares. Em geral, são mulheres e desenvolvem diversas atividades associadas às preparações das refeições, como serão apresentadas neste estudo.

Quanto à promoção da educação e da saúde há uma diversidade de significados atribuídos por atores da escola (FREITAS; MINAYO; FONTES, 2009). Ao abordar um desses conteúdos vejo que estes andam interligados, pois seus objetivos se aproximam. Daí surge a importância de estudar temas que fazem interface entre as duas áreas, educação e saúde. A condição de saúde em muitos casos está diretamente relacionada à educação, a formação que é proveniente dos conhecimentos adquiridos no ambiente familiar, escolar e do meio que o cerca.

A experiência vivida na escola como educadora durante esses mais de dez anos de trabalho em escola pública, associada ao fato de também ser nutricionista possibilitou-me um olhar interessado sobre a alimentação escolar e a saúde. A motivação desse estudo surgiu a partir da observação e da busca de compreensão em relação à importância do PNAE por atores sociais envolvidos com este referido programa.

Diversos estudos (CARVALHO et al, 2008 e COSTA, LIMA e RIBEIRO, 2002) discutem aspectos relacionados à merendeira escolar como a capacitação desta trabalhadora enquanto manipuladora de alimentos, conhecedora dos princípios nutritivos dos alimentos e das normas técnicas de higiene. Entretanto ainda não há estudos que investiguem e mostrem os saberes e as práticas sobre o PNAE. Ou seja, o entendimento das merendeiras, os significados atribuídos por elas sobre o comer na escola com este programa.

Nesse sentido, espero que esta pesquisa possa contribuir juntamente com outros estudos nessa área e reafirmar as estratégias do programa levando-se em conta os contextos vividos. A importância desse trabalho não se resume a escassez de trabalhos relacionados à temática, mas sim pela relevância do PNAE em âmbito nacional.

Com a breve introdução ao tema, surge de início a pergunta problematizadora deste estudo: O que expressam as merendeiras sobre o PNAE? Ao desvendar o entendimento dessas pessoas que trabalham diretamente no programa, pode-se obter um modo de avaliação deste, na medida em que suas vivências nas preparações e a sua observação apresentam, inevitavelmente, representações sobre o PNAE.

Nesse aspecto, este estudo busca propiciar um aprofundamento sobre o funcionamento do PNAE a partir de significados que estas trabalhadoras atribuem a este programa. De fato, ainda se conhece pouco sobre o cotidiano das escolas e a

alimentação. São raros os estudos qualitativos que abordam questões dessa natureza.

As “*acepções de merendeiras sobre O Programa Nacional de Alimentação Escolar em um bairro de Salvador, Bahia*” tem como objetivo principal analisar os significados atribuídos por merendeiras sobre o PNAE, com suas reflexões expressas na linguagem, suas práticas e dificuldades o cotidiano da escola, seus saberes sobre alimentação.

Especificamente o estudo anseia: 1) Observar, descrever e analisar as condições do ambiente de trabalho e os limites das atividades das merendeiras nas escolas; 2) Interpretar significantes das narrativas das merendeiras em relação ao PNAE; 3) Interpretar como as merendeiras expressam e agem sobre o PNAE.

Trata-se, pois, de um estudo de caráter qualitativo, que utiliza a análise de narrativas para compreender os significantes expressos sobre o trabalho no referido programa. Concomitante a interpretação de narrativas, apresentam-se registros da observação participante e de documentos oficiais sobre PNAE.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira:

Primeiramente apresento breves considerações teóricas acerca das modificações na alimentação escolar durante sua história; o PNAE, seus objetivos e funcionamento; e sobre as merendeiras escolares, profissionais responsáveis pela execução do programa.

A metodologia ou “o caminho”, que descreve como se deu o desenvolvimento do estudo; as colaboradoras da pesquisa, as merendeiras; as escolas que foram locais de estudo e a análise de todo o material produzido em campo.

Em seguida apresenta as categorias analíticas estudadas da seguinte forma:

A primeira categoria aborda o excessivo trabalho das merendeiras destacando: O processo de transição da alimentação escolar e aumento da complexidade das refeições; as atividades exaustivas desenvolvidas diariamente; a invisibilidade da merendeira; o ambiente e as condições de trabalho; sugestões para amenizar o desgaste; o convívio com os colegas de trabalho e concepções sobre higiene.

Em seguida, trato das questões relativas à alimentação, buscando as lembranças da merendeira sobre a alimentação escolar de quando era criança; o comer no ambiente de trabalho; a concepção de alimentação saudável; os tabus e

costumes alimentares; questões relativas ao cardápio da escola; e as preferências dos escolares.

Destaco os aspectos sobre a aceção das merendeiras em relação ao Programa Nacional de Alimentação Escolar mostrando o conhecimento a cerca do programa; os significados que as merendeiras atribuem ao PNAE e o que representa a ausência do nutricionista nas escolas. Depois, são apresentadas as conclusões.

2. BREVES CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

No primeiro momento, apresento traços históricos das transformações nas políticas públicas voltadas a alimentação do escolar; em seguida o PNAE, os discursos oficiais, aspectos relacionados à alimentação nas escolas e em seguida descrevo a função da protagonista central deste trabalho, a merendeira escolar, abordando seu perfil, suas atribuições e importância para o PNAE.

2.1 A evolução da Alimentação Escolar no Brasil

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), conhecido como *merenda escolar*, é uma política governamental de âmbito nacional que atende aproximadamente 45 milhões de crianças, adolescentes e adultos da educação básica das escolas públicas e filantrópicas do país¹.

Idealizado no período do Estado Novo no Governo Vargas, a alimentação escolar nasceu com a perspectiva de escoar a produção de trigo dos Estados Unidos da América imediatamente após a II Guerra Mundial. As experiências em escolas financiadas pelo governo federal foram na capital da república, cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo. Depois de alguns anos foi estendida para todo o país.

A implantação nacional, em 1955, foi lenta. Antes mesmo, ainda na década de 1930 havia políticas caritativas para resolver momentaneamente a fome e a desnutrição dos escolares, em geral com sopas e mingaus. Naquela época, fora da escola, foram inúmeros e situacionados, os programas de alimentação e nutrição para as famílias de baixo poder aquisitivo (SOBRAL; COSTA, 2008).

A partir da década de 1940 foram elaborados planos para atender a alimentação do escolar numa perspectiva nacional. Nesse período, foi criado o SAPS – Serviço de Alimentação da Previdência Social, em que a alimentação ganhou espaço como uma política pública. Em 1952 a Comissão Nacional de Alimentos (CNA) elaborou um plano de trabalho denominado A Conjuntura Alimentar

¹ Dados oficiais mostram que em 2008 cerca de 34,6 milhões de alunos foram beneficiados sendo investidos 1.490 milhões de Reais pelo PNAE, em 2010 os beneficiários foram cerca de 45,6 milhões de estudantes da educação básica e de jovens e adultos. Para o ano vigente o orçamento prevê um investimento de cerca de 3,1 bilhões de Reais (BRASIL, 2011a).

e o Problema da Nutrição no Brasil que concebeu e estruturou a merenda escolar (SOBRAL; COSTA, 2008).

O programa de alimentação escolar seguiu outros países nas décadas de 1950 e 1960 como México e Argentina, para manter o objetivo de atender as necessidades nutricionais dos escolares e contribuir para o crescimento, desenvolvimento, aprendizagem e rendimento de crianças e adolescentes (SPINELLI; CANESQUI, 2002). Iniciado com uma visão assistencialista com a distribuição de leite em pó e de farinhas enriquecidas (SOBRAL; COSTA, 2008) o programa no decorrer da história passou por várias mudanças, cresceu e diversificou-se.

Somente nos anos de 1970 passou a ser de fato uma política de âmbito nacional. Foi aos poucos, que se introduziram nos discursos oficiais objetivos como o que se refere à formação de hábitos alimentares saudáveis, respeito às tradições regionais (BRASIL, 2009b). Desde sua origem, vale lembrar, que seus objetivos e diretrizes foram recebendo modificações e ganhando espaços na sociedade.

Com a descentralização após a (re)democratização em 1988, pretendeu-se uma maior regularização no fornecimento da alimentação escolar, melhoria da qualidade, respeito aos hábitos alimentares dos estudantes, incentivo à economia local e redução de custos (BRASIL, 2005). Mas, até 1993 a execução do programa era feita de modo centralizado. A descentralização dos recursos financeiros federais para os municípios possibilitou autonomia para elaboração de cardápios incluindo preparações típicas de cada região do país e facilitando a compra da matéria prima.²

O programa no decorrer de sua história se fortaleceu e atualmente é parte de uma política educacional que visa garantir o direito humano à alimentação. Todos os estudantes matriculados em escolas públicas passam então a ter o direito a alimentação. A escola passa a ser, oficialmente lugar de estudar e de comer, como um direito social.

² A descentralização dos recursos instituída por meio da lei nº8.913 de 12/07/94 e sua consolidação se deu com a Medida Provisória nº 1.784 de 14/12/98. O repasse dos recursos passou então a ser feito automaticamente. A descentralização do PNAE pode ser feita em quatro modalidades: 1) Estadualização, em que a Secretaria de educação é o órgão conveniado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e executor dos recursos financeiros, repassando os gêneros alimentícios aos estados e municípios; 2) Municipalização, o município é que conveniado com o FNDE, que adquire e envia os alimentos prontos para o consumo; 3) Escolarização o conveniado é a Secretaria Estadual de Educação, que recebe e repassa os recursos diretamente para as escolas. O diretor passa a ser o responsável; 4) Misto em que coexistem em diferentes combinações as formas de descentralização (SOBRAL; COSTA, 2008).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, caracteriza um conjunto de Direitos centrados em dois princípios: o da universalidade, segundo o qual todos os seres humanos têm direito de forma indistinta, e o da indivisibilidade e interdependência, que garante que um direito não será garantido se outro for violado (MIELNICZUK, 2005).

Entretanto, sabe-se que os direitos humanos estão distantes de serem alcançados em sua plenitude no Brasil pelas condições de desigualdade social. Nesse aspecto, o Brasil ocupa o 84º lugar no Índice de Direitos Humanos – IDH entre 187 países (BRASIL, 2011d), pois apesar dos avanços e das políticas públicas voltadas para este fim ainda são insuficientes para garantir cidadania para muitos brasileiros.

2.2 Sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE: comentários

O Programa Nacional de Alimentação Escolar visa atender escolares matriculados em escolas públicas de todo o país durante a jornada de aulas contribuindo para manter a concentração e o aprendizado desses indivíduos. Não se configura como uma política destinada a pessoas carentes, apesar de representar para muitos, uma das principais refeições diárias e de atender basicamente à escola pública.

“Merenda escolar” é o termo geralmente usado no ambiente escolar tanto por estudantes quanto por funcionários para nomear a alimentação escolar. Essa denominação originou-se pelo fato das preparações servidas inicialmente nas escolas serem tipos de lanches no meio da manhã ou da tarde, momento em que se merenda, na cultura brasileira (TEO; SABEDOT; SCHAFER, 2010). Enquanto que alimentação escolar é o termo oficial definido pela instituição PNAE como todo alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem, durante o período letivo (BRASIL, 2009a).

Bezerra (2009) define merenda como alimento e comida, e aponta que a merenda carrega expressivo significado para o ser humano, ultrapassando as necessidades fisiológicas. A merenda faz parte do prazer de brincar no recreio. Alimento é tudo que pode ser ingerido para manter a pessoa viva; comida é tudo que

se come com prazer, de acordo com as regras de comunhão e comensalidade. (DaMATTA, 1997).

Alimento é tudo o que é potencialmente comível, no sentido de nutrir o corpo, e a comida, o conjunto de alimentos selecionados culturalmente como comíveis (MIELNICZUK, 2005). Para Freitas et al (2011) comida é o alimento na expressão da cultura.

Em suma, o comensal se interessa principalmente por comida. A comida é cercada por inúmeros fatores que influenciam diretamente em suas escolhas. A merenda como comida ocasiona prazer, gosto, tem influências sociais e culturais e faz parte dos momentos de descontração e brincadeiras.

A alimentação escolar vai além do seu papel de complementação alimentar para suprir as necessidades nutricionais dos educandos; mais que amenizar a fome de muitos e não só escolares como também alguns funcionários, é considerada como uma *refeição saborosa*.

O cardápio deve ser elaborado por nutricionista habilitado, com o acompanhamento do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e com a colaboração das merendeiras, precisa suprir, no mínimo, 30% das necessidades nutricionais diárias dos escolares das creches e escolas indígenas, das localizadas em áreas remanescentes de quilombos, e 20% para os demais educandos. O cardápio deve ser planejado respeitando os hábitos alimentares e a região em que se encontra a comunidade (BRASIL, 2009b).

Compete ao nutricionista, no exercício de atividades profissionais no âmbito do Programa de Alimentação Escolar (PAE), programar, elaborar e avaliar os cardápios, observando os seguintes aspectos: faixa etária, perfis epidemiológicos, hábitos alimentares e utilização de produtos da região (BRASIL, 2005).

O que se tem observado, é o cardápio elaborado pela direção da escola e ou, mais raramente, por merendeiras. E muitas vezes não são oferecidos produtos regionais ou preparações que representem os hábitos alimentares da população, mas produtos industrializados, a base de soja, achocolatados etc. Os escolares, em geral não são ouvidos a respeito de suas preferências.

Bezerra (2009) em seu estudo constatou isto. Para ele os estudantes se submetem ao consumo de alimentos que nem sempre atendem ao gosto reconhecido. Mas sem escolhas, são destinados a comer diversos produtos

industrializados a base de soja e achocolatados. O que se constitui, em geral, numa atitude autoritária do programa.

Os estudantes possuem preferências que se levadas em consideração poderiam contribuir para a valorização do PNAE. Não basta escolher preparações designadas como saudáveis e que satisfaçam as necessidades nutricionais dos educandos. É preciso refeições compatíveis com seus hábitos saudáveis.

Apesar dos avanços e abrangência do PNAE, este parece seguir um caráter assistencialista que marca a história da política caritativa de alimentação e nutrição no Brasil (MARTINS et al, 2004). Para sair dessa qualidade, o PNAE anuncia o direito humano à alimentação de todos os educandos tendo como princípio a universalidade, a equidade e a participação social visando se efetivar como um programa suplementar à educação e com continuidade (SOBRAL; COSTA, 2008).

Nos países desenvolvidos a alimentação escolar constitui uma prática difundida com o objetivo de atender ao direito da criança. Já nos países de economia dependente, ou emergentes, como o Brasil, em que ainda se vive estado de não cidadania, nem sempre os direitos humanos são respeitados, são regidos por carências e privilégios. Dessa forma os programas adquirem um sentido de combate à fome e a miséria (PEDRAZA et al, 2007).

No discurso oficial, o PNAE é uma política para manter o escolar alimentado durante a jornada escolar independente de sua condição financeira. Como mostrei antes, a ênfase do programa é a atenção aos direitos humanos à alimentação e a promoção do bem estar.

2.3 A Merendeira Escolar

Segundo Monlevade (1995) os primeiros técnicos em alimentação escolar na educação brasileira foram os "irmãos coadjutores", jesuítas que proviam e preparavam as refeições dos escolares internos dos colégios e escolas elementares da Companhia de Jesus no Brasil. Mais tarde surgiram os internatos masculinos e femininos, com cozinheiros, cozinheiras, copeiros, copeiras, encarregados da horta e do pomar, das compras dos alimentos e dos cardápios das refeições.

Hoje para o preparo das refeições servidas aos educandos existem funcionários contratados especificamente para a função, que são denominados de merendeiras, ou cozinheiras como foram denominadas por Silva (2003).

A merendeira é manipuladora de alimentos e dentre os profissionais da comunidade escolar, faz de sua função uma arte e nela coloca sua dedicação, contribuindo para o bem-estar e o rendimento dos estudantes (COSTA; LIMA; RIBEIRO, 2002). São trabalhadoras encarregadas do preparo, distribuição e de todas as atividades que envolvem a produção de refeições no ambiente escolar, em creches, pré-escolas e estabelecimentos de ensinos fundamentais, médios e de ensino de jovens e adultos, principalmente nas redes públicas.

As merendeiras escolares que atuam nas escolas do Estado da Bahia possuem vínculos empregatícios diferentes. A minoria atualmente é servidora pública efetiva. Outras são contratadas pelo período de quatro anos pelo Regime Especial de Direito Adquirido (REDA), e as demais são funcionárias de empresas terceirizadas prestadoras de serviço para o Estado. As atividades desenvolvidas independem do tipo de contratação, ou seja, todas realizam as mesmas funções.

Entre as atribuições que devem ser exercidas pelas merendeiras, Chaves (1998) destaca: receber, conferir, pesar, guardar mantimentos, separar ingredientes para confecção da merenda no depósito, cortar, descascar, preparar as refeições, servir, higienizar utensílios e o ambiente. Além dessas e outras atividades também incentivam os escolares a consumirem determinados alimentos, se preocupam com a rejeição e a aceitação do cardápio.

A maioria das merendeiras é composta de mulheres não muito jovens, entre 35 a 55 anos de idade, negras e pardas, pobres, com pouca escolaridade, sem formação profissional, com salários reduzidos e sendo muitas chefes de família (CHAVES, 1998). Comumente algumas delas são remanejadas de outros setores, como por exemplo o de serviços gerais, para a função de merendeira.

Pedraza (2007) indicou em seu estudo a falta de qualificação das merendeiras para exercer a função, fato que adquire maior valor ao se considerar o baixo nível de instrução. O processo de treinamento das novas profissionais contratadas fica muitas vezes sob a responsabilidade exclusiva das merendeiras que atuam no cargo há mais tempo e que transmitem as informações as que vão se agregando ao grupo (CARVALHO *et al*, 2008).

O despreparo, por não serem devidamente capacitadas para exercer a função, auxiliado ao acúmulo das atividades faz com os procedimentos se tornem repetitivos, inadequados, comprometendo a qualidade da alimentação e também a sua saúde.

A falta de qualificação, de investimentos, de planejamentos e de valorização desses profissionais contribui para o enfraquecimento das possíveis modificações que poderiam fortalecer o desempenho das atividades rotineiras e conseqüentemente atender aos objetivos do PNAE.

A predominância do sexo feminino entre as merendeiras pode estar relacionada à associação com o trabalho doméstico, tarefa principalmente desenvolvida pelo referido gênero. Visto que a preparação das refeições e todas as demais atividades relacionadas são geralmente destinadas pela sociedade às mulheres. São raríssimos, mas em crescimento, os casos em que o homem assume os cargos relacionados aos afazeres domésticos.

Santos (2008), em seu estudo sobre a questão alimentar na trajetória do pensamento antropológico clássico, trás a obra *Sexo e temperatura* da autora Margareth Mead (1976). Nesta obra a autora trata da divisão sexual do trabalho em relação à produção e o consumo alimentar. São consideradas como atividades femininas cozinhar o alimento no cotidiano, trazer lenha e água e capinar e transportar. E entre as atividades masculinas estão o ato de cozinhar o alimento cerimonial, carregar porcos e toras pesadas.

O homem ao realizar atividades domésticas, em geral, não as faz cotidianamente. Isso pode ser atribuído ao fato de que socialmente o lugar do homem não é no campo doméstico; ou porque os que gostam de desempenhar tais atividades querem apenas em datas especiais; ou ainda pela não aceitação das mulheres.

Woortman (1987) ao estudar a família das mulheres verificou que as estas não permitem a participação do homem nos trabalhos domésticos para que seu monopólio sobre a organização familiar não seja perdido.

Na realidade essa divisão do trabalho masculino e feminino faz parte da cultura, da história social. Contudo, observo que não é só o homem que rejeita as atividades comumente predeterminadas ao sexo feminino; as mulheres também afirmam e internalizam tarefas que os homens não devem realizar como cozinhar e arrumar a casa, ou cuidar das crianças. Com isso fortalece-se a separação de cargos por gêneros.

De acordo com Nunes (2000) o papel que as merendeiras desempenham na educação não se limita à preparação de alimentos e a higienização de áreas físicas. Elas têm sensibilidade para outras questões, outras dimensões da vida, possuem

um conhecimento de ordem prática e que deveria ser reconhecido no processo de formação de comportamentos e atitudes relativos à ética e à convivência social.

Equivoca-se ao pensar que as merendeiras não sabem de sua importância e que não podem ser mais bem aproveitadas. Assunção (2008), em seu estudo com cozinheiros em Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN), destaca que estes trabalhadores não se utilizam apenas da força física para realizarem suas atividades, mas que são seres humanos pensantes e que percebem-se como trabalhadores nas relações sociais e que entendem o desperdício de não serem aproveitadas as suas contribuições para o desenvolvimento das instituições.

Conforme as primeiras observações nas escolas que compõe este trabalho, constatei que as atividades da merendeira vão além da preparação de refeições servidas aos educandos. Estas se envolvem com os problemas da comunidade escolar e se atentam para o comportamento dos escolares.

Apesar de serem denominadas como merendeiras, o trabalho exercido vai além da preparação de merendas. As refeições servidas nas escolas passaram a ser mais complexas e elaboradas para atender as necessidades nutricionais dos comensais, e com isso houve aumento do trabalho e conseqüentemente do desgaste físico.

Nunes (2000) registrou que há pressão e desgaste físico decorrentes de atividades demarcadas pelo tempo fazendo com que as merendeiras desempenhem várias tarefas ao mesmo tempo, gerando, muitas vezes, ansiedade, insatisfação, desgaste e doenças.

O excesso de trabalho pode se caracterizar pelo número reduzido de funcionários para realizar diversas atividades, pelo próprio exercício diário que é marcado por um ritmo considerado “pesado” e por desempenhar atividades que não são atribuições das merendeiras, como, por exemplo, supervisionar escolares.

As merendeiras realizam atividades semelhantes às desenvolvidas em seus lares, como cozinhar e limpar. A continuidade do trabalho que se assemelha ao doméstico ao longo do tempo leva a merendeira ao esgotamento. Como afirma Silva (2003) esse tipo de reincidência pode gerar uma dinâmica negativa para a saúde. Não há descanso, nem uma mudança diária de funções que possam permitir a separação entre lar e emprego.

Segundo Costa; Lima; Ribeiro (2002) no que se refere às suas condições de trabalho, a remuneração recebida pela função é baixa, o que determina uma

qualidade de vida inferior e com baixas expectativas de melhoria; o número de funcionárias para realizar as tarefas determinadas é insuficiente, o que causa um desgaste físico muitas vezes superior ao suportável, atingindo a saúde dessas mulheres.

A pesquisa de Chaves (2005) revelou uma realidade caracterizada por um trabalho desgastante, ambientes e organização do trabalho inadequados e que contribuem para potencializar o desgaste já produzido pelas atividades inerentes a esse tipo de função. Isso tudo determina as condições de saúde dos profissionais.

Muitos desses funcionários acabam afastados por motivo de doenças decorrentes do trabalho ou são readaptadas em outras funções por incapacidade para realizar suas atividades originais. De acordo com Takahashi; Pizzi, Diniz (2010) praticamente um terço da mão de obra estava ou esteve com problemas de saúde em decorrência do trabalho.

Os referidos autores verificaram que algumas das merendeiras foram afastadas do serviço por motivo relacionados à atividade que desenvolvem entre os quais problemas ortopédicos, varizes, estresse e hipertensão.

Segundo depoimentos de merendeiras aqui estudadas, os ambientes (as cozinhas) onde são elaboradas as refeições servidas aos escolares são geralmente quentes, possuem pouco espaço, com utensílios e equipamentos insuficientes. Essas condições desfavoráveis associados ao ritmo acelerado acabam tornando as atividades mais desgastantes e sobrecarregando o trabalho, o que pode acarretar em complicações no estado de saúde.

Pode-se verificar que existe um desgaste físico relevante no exercício diário das atividades desenvolvidas pelas merendeiras escolares. Está sobrecarga de trabalho está relacionada ao excesso de trabalho decorrente das preparações que são servidas aos estudantes, ao ambiente de trabalho, ao tempo limitado para elaboração das refeições e também ao número reduzido de funcionárias para realização de todas as tarefas que lhes são determinadas.

Com o aumento dos índices de adoecimento principalmente referente às lesões por esforços repetitivos algumas medidas foram adotadas com o propósito de conter o adoecimento. Entre essas medidas estão: reforma da estrutura das cozinhas, aquisição de utensílios mais leves e de fácil higienização, uso de equipamentos elétricos e complementação do quadro com mão de obra terceirizada (TAKAHASHI; PIZZI; DINIZ 2010).

Nas escolas pesquisadas, os gestores têm realizado reformas estruturais no ambiente de trabalho, adquirindo utensílios e equipamentos visando melhorias físicas e na qualidade da alimentação escolar.

A percepção da merenda escolar sob o ponto de vista dos gestores, dos escolares, merendeiras e professores foi estudada por Bezerra (2009) que observou ser a merenda escolar uma atividade essencial para a escola, tanto quanto aquelas relacionadas ao ensino e a aprendizagem. A merenda está associada à sobrevivência, é concebida como a principal refeição do dia e motiva a frequência da criança carente e faminta à escola.

A alimentação escolar para o estudante difere dos demais componentes da escola. Para o referido autor, a merenda não está associada somente a frequência escolar, mas a necessidade intrínseca do escolar estar no meio social, com seus pares. É preciso ressaltar a importância da comensalidade, o encontro humano para o comer (FREITAS, et al, 2009).

As representações da alimentação escolar por algumas merendeiras não estão relacionadas a estudantes carentes. Estas, não vêem a merenda escolar como fator exclusivo de determinação da frequência do aluno na escola. A frequência está associada à ideologia da educação como caminho para um bom emprego (BEZERRA, 2009). E entendem a merenda escolar como um item a mais da escola, porém com grande significação.

No estudo de Costa (2004) as merendeiras atribuem à merenda escolar uma função mais importante, a de refeição, e não apenas como um complemento nutricional. E citaram como principais problemas: os atrasos nos repasses das entregas dos gêneros alimentícios, o manuseio inadequado nas preparações e a quantidade insuficiente para os escolares.

Foi verificado no estudo de Teo, Sabedot e Schafer (2010) que é limitada a percepção das merendeiras quanto a importância do seu papel na escola. Muitas entendem que são responsáveis por preparar a merenda, não reconhecendo sua importância como agente que pode influenciar a educação alimentar dos educandos.

Mas, a merendeira é uma atriz-chave no PNAE. Este profissional pode contribuir para o sucesso do programa e para estimular o discente no consumo das refeições. Torna-se fundamental valorizar sua atuação não só oferecendo capacitações frequentes, mas conhecendo seu ponto de vista, frustrações, dificuldades e sugestões. E com isso, propiciar espaços de discussão para as

merendeiras expressarem opiniões sobre suas atividades colocando em evidência aspectos das condições e organização do trabalho.

Ao constatar os pontos de vistas das merendeiras pode-se buscar aprimorar o serviço e melhorar as condições de trabalho, favorecer situações e ações que possam interferir na qualidade da merenda escolar, aumentar a aceitação das refeições pelos escolares e provocar mudanças efetivas.

Este estudo analisa os significados do PNAE para as merendeiras de escolas em um bairro da cidade do Salvador e ressalta o reconhecimento do papel desempenhado por esses profissionais para o oferecimento de uma alimentação escolar de qualidade, com vistas à promoção da alimentação saudável e a educação nutricional.

Nesse sentido, parto da pressuposição de que muitas merendeiras em sua prática cotidiana na escola, não fazem analogia entre seu trabalho e a saúde dos escolares. Para elas se trata de um trabalho prático, volumoso e árduo.

Ainda são raros os estudos nessa modalidade de análise, mas necessários para o entendimento das proposições do PNAE, principalmente no que concerne à qualidade higiênica dos alimentos.

Daí a importância de um estudo com abordagem qualitativa que possa contribuir para a análise dos significados atribuídos por essas atrizes sociais acerca do seu trabalho e do programa ao qual fazem parte.

3. O CAMINHO DA PESQUISA

3.1 Tipo de Estudo

Os estudos que envolvem significados tentam responder a questões singulares, específicas de um dado contexto sociocultural. Nessa premissa, a pesquisa qualitativa possibilita descrever realidades múltiplas, diferentes contextos e compreender significados.

Minayo (2007) refere que esse tipo de investigação se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado e mostra a importância de analisar significados, motivações, crenças, valores e atitudes. Ou seja, este tipo de pesquisa mostra a relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, como um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números (MINAYO, 2008).

A interação entre pesquisador e objeto de estudo é um dos pontos indispensáveis para o desenvolvimento de um estudo social. Segundo Minayo (2008), a fenomenologia defende a idéia de que as realidades sociais são construídas com significados e que só podem ser identificadas à medida que se mergulha na linguagem significativa da interação social. Nesse sentido, a linguagem é a unidade da compreensão para a interpretação do objeto. Por esta razão sujeito e objeto não se separam estão intrínsecos como uma condição uníssona, específica.

Na presente pesquisa, a merendeira e suas aceções sobre o PNAE caminham interligadas. Faz parte de sua vivência, sua experiência em seu mundo cotidiano, pois, inevitavelmente, ela age sobre o PNAE. Entretanto não se tem informações em relação às suas indagações, inquietações e conflitos sobre seu trabalho na escola. Parece um personagem invisível. Também não se conhece os valores socioculturais que envolvem sua prática de elaboração de refeições e suas influências sobre a formação de hábitos alimentares dos escolares.

Trata-se, pois de uma pesquisa qualitativa com os seguintes instrumentos: 1) observação participante durante um período suficiente que mostrou os aspectos culturais, como a higiene dos alimentos, as combinações, e os diversos valores sobre as refeições; 2) entrevistas narrativas em profundidade; 3) análise das narrativas no contexto específico. Estes instrumentos metodológicos são usados para entender o ponto de vista do sujeito, procurando apreender os significados

intrínsecos de suas práticas e falas. Para isso é indispensável o trabalho de campo com observações do cotidiano do grupo em estudo, bem como, sua fala. A linguagem diz dos sentidos de suas ações.

Ao analisar o cotidiano, no tempo e lugar das relações sociais, no caso específico o ambiente de trabalho e a forma como o sujeito representa seus valores, suas crenças e desejos pode-se então aprofundar sentidos, sentimentos do sujeito em sua realidade, e compreender como ocorrem nexos ou analogias com o mundo circundante (ANGROSINO, 2009).

Ao estudar os significados atribuídos por merendeiras sobre o PNAE, busco: 1) compreender um conjunto relacional sobre a tradição do comer e o entendimento sobre os produtos industrializados, que se manifesta por meio da linguagem; 2) interpretar as noções conceituais presentes na realidade histórica do sujeito sobre os termos que manipula como: alimentação, comida, merenda, saudável; 3) interpretar o texto da observação participante, confrontando a pré-compreensão sobre as condições “ideais” de trabalho e a realidade encontrada em cada escola onde predomina um trabalho árduo dessas mulheres merendeiras.

A interpretação inicia com opiniões (julgamentos) prévias e logo em seguida dá lugar ao texto expresso pelo ambiente em si. Como exemplo vale lembrar das precárias condições de várias escolas públicas que outros pesquisadores constataram (FREITAS et al, 2009).

Os fenômenos ideológicos e culturais coletivos, valores, crenças, representações, isto é, a semântica coletiva da vida faz parte igualmente da realidade objetiva (BERTAUX, 2010). Para entender a realidade do trabalho da merendeira é preciso compreender a sua relação com o meio, os sentidos atribuídos, suas experiências e anseios.

Os significados estão relacionados à hermenêutica, que visa revelar e esclarecer a linguagem e seus aspectos simbólicos não facilmente demonstrados, estranhos ou inacessíveis. É tida como uma teoria no campo da filosofia da interpretação, capaz de tornar compreensível o objeto de estudo, mais que sua mera aparência ou superficialidade (NUNES, 2003).

Sobre tais aspectos, Gadamer (1997) apresenta estudos sobre a hermenêutica referindo-se ao mundo da experiência e da pré-compreensão de como nós entendemos a estrutura dos sentidos de um determinado sujeito↔objeto. Assim, a compreensão está vinculada ao contexto humano em que pesquisador e

pesquisando se encontram no ato de compreender uma realidade. A interpretação segue como uma questão relativa à vivência do pesquisador, seu olhar sobre o objeto, seu modo de perceber as condições que se apresentam na pesquisa.

A hermenêutica é arte e ciência da compreensão. Compreender é exercer a capacidade de colocar-se a si mesmo no lugar do outro, indagando algo além do que já foi dito. Interpretar o sentido é realizar a compreensão (GADAMER, 1997).

O autor referido distingue a hermenêutica moderna, como um novo paradigma da análise dos sentidos da linguagem em que se torna ainda mais compreensível o objeto de estudo, ou seja, para além de sua mera aparência ou superficialidade. Nesse aspecto, indago: como a merendeira entende os hábitos alimentares dos escolares? Ou como ela significa a retórica do PNAE enquanto um programa de saúde? Ou ainda, como é possível motivar a alimentação saudável? Estas e tantas outras questões estão implícitas no roteiro do trabalho investigativo.

A busca da revelação da mais profunda expressão é um processo minucioso que requer idas e vindas aos textos acolhidos em campo, para decifrar os sentidos das próprias atrizes sociais, como vivem, suas histórias sobre alimentação e suas existências no PNAE. Com a hermenêutica pode-se interpretar os símbolos e as práticas relacionadas às atividades da merendeira, suas falas, gestos, sobretudo suas concepções sobre o referido programa.

3.2 As Colaboradoras do Estudo

O delineamento do objeto de estudo foi definido através de uma pesquisa bibliográfica em que foram observadas diversas informações na literatura em relação às merendeiras escolares, como o perfil, as condições de trabalho, as limitações para o desenvolvimento das atividades e as relações sociais, entre outros aspectos (CHAVES, 1998 e NUNES, 2000).

O objetivo de se trabalhar com merendeiras escolares surgiu pelo fato da pesquisadora ser licenciada no curso de Ciências Naturais, exercendo atividade de docente em uma escola pública do Estado há mais de dez anos, e também ser graduada em Nutrição. O que levantou a possibilidade de associar as duas áreas de trabalho, visto que a educação e a saúde estão diretamente associadas.

Em cada escola, em geral, há duas merendeiras por turno, e foram cinco as que colaboraram com a pesquisa. Após vários encontros foram realizadas entrevistas em dias e horários diferentes de acordo com a disponibilidade delas.

A quantidade de informantes foi determinada após a obtenção das informações de interesse e do encontro de idéias semelhantes em relação aos significados atribuídos em relação à alimentação escolar. Em outras palavras, o número de colaboradores foi definido em campo quando se obteve a intersubjetividade das noções sobre o objeto de estudo. Também foi intenso o trabalho de entrevistar, ao retornar inúmeras vezes a cada informante.

Quando as informações passaram a se repetir e sem qualquer acréscimo de novas ideias, parei de indagar. De acordo com Schutz (1979) com a comparação de casos, as trajetórias individuais são colocadas no contexto e as semelhanças são estabelecidas.

Segundo Minayo (1992, 2008) o número adequado de entrevistas deve ser entendido como aquele capaz de refletir a totalidade nas suas dimensões, pois, a pesquisa qualitativa se preocupa com o aprofundamento e com a compreensão. A necessidade é manter critérios como: clareza do grupo relevante; não se esgotar enquanto não delinear o quadro empírico da pesquisa; prever um processo de inclusão progressiva e multiplicação das tentativas de abordagens, visto que com o passar do tempo o objeto pode se reconfigurar e novas questões podem ser incorporadas.

Bertaux (2010) mostra que para este tipo de investigação a noção de amostra estatisticamente representativa não tem qualquer sentido. Esta é substituída pela “construção progressiva da amostra”, a *theoretical sampling* de Glaser e Strauss (1967). É em função da variedade de posições, experiências e visões diferentes que se constrói progressivamente uma amostra. Entretanto, este termo não foi aqui utilizado, seguindo a referência de Minayo (Op cit, 1992) ao entender que não cabe nessa perspectiva de investigar.

O contato preliminar com as escolas deu-se com os gestores, quando lhes mostrei o estudo e a permissão da Secretaria de Educação para realizar tal pesquisa (Anexo A). Em seguida apresentei-me às merendeiras, e em reunião discutimos os objetivos em que elas opinaram e logo iniciamos *nosso* trabalho.

A partir de então iniciei uma série de visitas ao campo, cada vez mais freqüentes para a observação do funcionamento da rotina dessas trabalhadoras. Em

cada escola, os horários de distribuição da merenda eram diferentes. Nesse período procurei aproximar-me das merendeiras, de suas vidas, suas histórias de vida. Após dois meses de observação, indo ao campo em dias alternados, em cada unidade, onde pude obter a primeira entrevista. Depois, ocorreu uma sucessão de falas que marcaram as primeiras análises das narrativas. As três mulheres me perguntaram por que me interessava por elas? E por seu trabalho? E para preservar a identidade das colaboradoras deste estudo, foram usados pseudônimos.

Os pseudônimos foram determinados por mim, onde atribui nomes comuns da nossa população. Antes das entrevistas entreguei a cada merendeira o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) e informei que seus nomes não seriam utilizados.

3.3 Em campo

3.3.1 local e período do estudo

O estudo foi desenvolvido na cidade do Salvador, Bahia, no bairro do Cabula. Antiga entrada da cidade, bairro novo e superpovoado. O processo investigativo em campo realizou-se no período de fevereiro a junho de 2011 em três escolas públicas conforme orientação da Secretaria de Educação do Estado da Bahia.

O bairro do Cabula se constituiu como um lugar de interesse para o estudo, pelo fácil acesso; concentração populacional das camadas populares; localização na região do “Miolo” ou central da cidade, com estudantes de vários bairros.

Segundo alguns estudos (FERNANDES; SANTOS; SANTO, 2004) por muito tempo o Cabula se constituiu numa localidade distante da cidade, com características semi-rurais (produção de leite, laranja e banana). Na década de 1960 o lugar ainda era formado por fazendas e sítios. Mas a parte baixa era a entrada e saída da cidade, com uma feira permanente de produtos hortigranjeiros das roças desse lugar.

Depois, nos anos de 1970 com a instalação do Polo Industrial no município de Camaçari, várias áreas da cidade do Salvador foram modificadas para dar lugar ao crescimento demográfico, oriundo da migração campo-cidade. Assim, ocorreram novas habitações, transformações no sistema de transporte, como sucedeu com o Cabula onde a população cresceu rapidamente, e caracterizando-se como um dos

grandes eixos de expansão da cidade. A região ainda se configura como um palco atrativo de usos diversos com empreendimentos ligados à prestação de serviços e milhares de habitações de várias camadas sociais.

As maiores escolas públicas do bairro foram aqui contempladas para este estudo sobre acepções das merendeiras sobre o PNAE: 1) Escola Estadual de 1º grau Governador Roberto Santos que tem matriculado no ano de 2011 cerca de 1.333 escolares. 2) Colégio Estadual Governador Roberto Santos, com 1.666 escolares e 3) Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes com 888 escolares.

Vale dizer, que o PNAE, no Estado da Bahia atende a aproximadamente 1,1 milhão de escolares matriculados na rede estadual de educação do ensino básico e de jovens e adultos. (BRASIL, 2011a).

3.3.2 Em campo: a coleta de dados

Dados, aqui são informações, enunciados narrados, observações de campo. Para uma descrição do trabalho da merendeira e análise de suas falas, utilizei os seguintes instrumentos metodológicos: pesquisa documental, observação participante, entrevistas narrativas em profundidade, diário de campo.

Quanto ao registro da observação participante, Angrosino (2009) a define como o ato de perceber as atividades e os inter-relacionamentos das pessoas no cenário de campo. Desse modo, observei o ambiente e as atividades de trabalho do público pesquisado. Nesse período pretendi, além de notificar aspectos do cotidiano da unidade escolar, considerar as relações entre as merendeiras e os demais membros da escola.

A observação, durante e após a distribuição da merenda mostrou a maneira como o ambiente de trabalho é organizado, como as pessoas se relacionam e como participam da vida cotidiana da escola. Entendo, também, que é essencial ao início da pesquisa observar o funcionamento do campo para a produção e coleta de informações, e confrontá-las com a realidade.

Observar e entrevistar são as técnicas mais utilizadas. Na relação com o sujeito, tem-se a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto como se estivesse conversando, sem necessariamente obter respostas ou condições pré-fixadas pelo pesquisador.

Segundo Bauer e Jovchelovitch (2002) a entrevista narrativa é considerada uma forma de diálogo semi-estruturado, ou feita com profundidade, com características específicas. Através da narrativa, as pessoas lembram o que aconteceu, colocam a experiência em uma sequência lógica, encontram possíveis explicações para isso, e jogam com a cadeia de acontecimentos que constroem a vida individual e social.

Descrições, explicações, análises, mesmo não sendo formas narrativas, fazem parte de toda narração e contribuem para construir significados. Com as narrativas concebidas como relatos de práticas que começamos a decifrar não só as lógicas dos percursos de seus agentes, mas também as dinâmicas internas ao longo do processo (BERTAUX, 2010).

Através das entrevistas as merendeiras falaram livremente sobre a rotina de trabalho, a alimentação, o PNAE e outros temas relacionados à merenda escolar. A entrevista narrativa permitiu conhecer melhor como ocorrem relações no ambiente escolar entre funcionários, estudantes e gestores e os significados que a alimentação escolar representam para essas protagonistas.

Para as entrevistas, previamente foi solicitada a autorização para sua realização às entrevistadas, assim como a permissão para gravação. As entrevistas foram realizadas apenas por mim que também transcrevi e analisei cada produção. Estas ocorreram no ambiente de trabalho seguindo um roteiro de questões sobre o sujeito↔objeto de estudo (ver apêndice A). O lugar e o período da entrevista no local de trabalho foram escolhas dessas pessoas. Todas quiseram ser entrevistadas no local de trabalho quando já estavam mais tranquilas, após a distribuição e limpeza de seu trabalho.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, sócio-econômicas e culturais específicas (MINAYO, 2008, p. 109-110).

O roteiro de entrevista foi organizado buscando contemplar as questões do estudo e pontos que foram despertados durante a observação. Indaguei sobre o PNAE; o desgaste no processo de trabalho; organização do trabalho, alimentação

escolar como espaço para incorporação de hábitos alimentares saudáveis, a higiene na preparação; entre outros. Creio que gostaram de conversar sobre seu trabalho, pareceu que se sentiram valorizadas.

Minayo (2008) destaca que o roteiro não pode prever todas as situações e condições de trabalho de campo. O roteiro de questões para a entrevista contém poucos itens indispensáveis e serviu para orientar o diálogo com os atores.

Os questionamentos do roteiro visam ampliar e aprofundar a comunicação e a compreensão do ponto de vista dos entrevistados. Nesse aspecto, no contexto do trabalho, somente nós duas a cada vez, ficávamos a dialogar tantas situações da vida e do trabalho junto a um roteiro simples de poucas questões que se abriram no momento mesmo de cada entrevista, cada situação. Toda a conversa sempre foi cuidadosa e delicada porque o tema aparentemente simples, também origina constrangimentos, como mostro a seguir.

As entrevistas foram gravadas em MP3 e posteriormente transcritas para análise. Para tanto contei com os estudos de Hans Gadamer (1999) sobre a compreensão e a interpretação de narrativas, no que concerne à separação de termos analíticos (significantes) que se sobressaem nas narrativas para dar a multiplicidade aos sentidos atribuídos sobre o objeto (as refeições elaboradas, as idéias sobre a qualidade dos alimentos servidos etc).

As observações, percepções e informações obtidas durante as visitas foram anotadas no diário de campo. Nesse caderno, pude registrar informações das conversas, gestos, comportamentos, dúvidas, tudo que lembrava o campo a cada dia. Como a higiene, o cuidado com a preparação da refeição, as conversas com terceiros, seguindo recomendações de Ceres Victora (2000). Para ela, o diário de campo muitas vezes reproduz informações que dão subsídios para analisar os dados coletados de outra forma, como a fotografia e a descrição do ambiente.

3.4 Análise

Após a leitura de todo o material de campo, anotações das observações, entrevistas e transcrição das gravações, estes foram analisados considerando o contexto, a intensidade dos comentários, a intersubjetividade repetida das falas entre outros aspectos (MINAYO, 2004).

Feita a transcrição das entrevistas, estas foram lidas e relidas cuidadosamente buscando afinidades, entender os significados, interpretar e compreender as falas. Cada leitura pode revelar novos conteúdos semânticos.

Várias leituras das entrevistas foram feitas com o objetivo de se estabelecer relações, identificar semelhanças, antagonismos e idéias centrais. Freitas et al (2011) destaca que o ato interpretante é tenso, com idas e vindas às narrativas dos sujeitos, para esclarecer lacunas, uma palavra interdita, em gesto de silêncio ao falar de si.

É pela análise das transcrições que as narrativas de vida revelarão progressivamente sua riqueza. Sua função será revelar uma profusão de indícios que permitem esboçar hipótese após hipótese, testar estas últimas pela comparação e só conservar as mais pertinentes para a construção do modelo (BERTAUX, 2010)

Após a leitura de todo o material, os achados foram sistematizados em categorias analíticas de acordo com os temas abordados nas entrevistas. Em seguida as categorizações foram confrontadas e procedeu-se a análise considerando as palavras, o contexto, a intensidade, a consistência e a semiótica (percebida nos gestos quando a fala não conseguiu expressar o que se desejava transmitir).

A análise começou desde as primeiras entrevistas. Inicialmente realizei a sistematização das informações dos textos com as associações encontradas, os vínculos, categorias e analogias. Nesse processo, de análise das narrativas e textos da observação, foram separados os significantes mais importantes das falas no contexto prescrito. Nesse processo de compreensão e interpretação os momentos de silêncio também precisam ser reconhecidos

Com a interpretação das narrativas (BAUER, 2002) obtive noções mais detalhadas sobre o que pensam as merendeiras em relação ao seu trabalho e ao PNAE, as concepções sobre a alimentação escolar, suas atividades desenvolvidas bem como o conjunto de problemas e estratégias utilizadas por elas, para dar conta das variabilidades que ocorrem em seu cotidiano. Para isso as narrativas foram agrupadas por eixos temáticos e destacados os trechos semelhantes e contrários entre a mesma atriz social e as demais.

Como referido, a hermenêutica descrita por Gadamer (1997) auxiliou o plano de análise sobre as condições cotidianas e sobre os sentidos manifestos ou implícitos sobre o comer na escola e o papel dessas trabalhadoras junto ao PNAE. O

mundo da vida cotidiana, aparentemente monótono e repetitivo, é também o lugar de conflito dos sentidos sobre as ações que envolvem sentimentos e dificuldades. Para as merendeiras, nada é igual a cada dia; há sempre alguma situação que se distingue dos dias anteriores.

Nunes Junior (2003) destaca que para Gadamer a interpretação começa sempre com conceitos prévios que serão substituídos por outros mais adequados à realidade encontrada, e a compreensão ocorre com nossos preconceitos que são mais que meros juízos individuais, mas a realidade histórica do nosso ser. À medida que se compreende o outro passa-se então, à compreensão, com a interpretação da interpretação num círculo de leitura e releitura que não se esgota.

Compreensão e interpretação andam juntas no mesmo campo semântico. Primeiro se apreende, se compreende depois se interpreta a mesma fala, as idas e vindas ao texto que refletem a necessidade de um círculo hermenêutico da interpretação – compreensão-interpretação (GADAMER, 1997).

“Compreender o que alguém diz é pôr-se de acordo sobre a coisa, não se deslocar para dentro do outro e reproduzir suas vivências” (GADAMER, 1997, p.559). A compreensão dos sentidos sobre o objeto de estudo a partir das narrativas dos sujeitos ocorreu através do contexto de suas falas associando gestos, silêncios, textos e demais símbolos obtidos durante o desenvolvimento do estudo junto a estes sujeitos. Bertaux (2010) destaca como princípio fundamental que as significações de um texto se situam no encontro de dois horizontes, o do sujeito e o do analista.

É necessário então para compreensão e interpretação dos significados entender que as narrativas dos sujeitos em estudo representam seu mundo, ou seja, a forma como estes entendem os fatos. As análises das narrativas contribuíram para um melhor entendimento acerca do trabalho dessas protagonistas, assim como a sua desvalorização e desconhecimento do programa ao qual estão inseridas.

A análise dos significantes de objetos de estudos relacionados ao sujeito e sua vivência representam um processo denso e complexo. Visto que a polissemia das narrativas favorece a uma multiplicidade de interpretações que podem ser cada vez mais minuciosas a depender do aprofundamento.

3.5 Aspectos Éticos

O presente estudo obedeceu às recomendações da Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (BRASIL, 1996), referente a estudos com seres humanos.

Utilizei o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice B) para os sujeitos que participaram da pesquisa garantindo a ética na pesquisa. Estes aderiram ao trabalho voluntariamente, tiveram a autonomia para participar ou não do estudo e a garantia do anonimato.

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido previamente encaminhados ao Comitê de Ética apresenta os objetivos do estudo, os procedimentos que seriam utilizados, deixando claros a possibilidade de desistência na participação do estudo e os contatos do pesquisador e do comitê de ética para qualquer necessidade de esclarecimentos e reclamações em relação à pesquisa.

De acordo com as normas propostas para pesquisa envolvendo seres humanos, este trabalho foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Nutrição da Universidade federal da Bahia (ENUFBA) e obteve parecer favorável número 14/10 (Anexo B).

4. O EXCESSIVO TRABALHO DAS MERENDEIRAS

*Não é pedir demais: Quero justiça,
quero trabalhar em paz; Não é
muito que lhe peço -
Eu quero um trabalho honesto em
vez de escravidão
(Fabrica - Renato Russo)*

A alimentação escolar preparada e distribuída por merendeiras faz parte do cotidiano de escolares de todo o país. A execução das atividades que envolvem a produção dessas refeições exige dos responsáveis pela elaboração além de treino, disposição física e aptidão.

A categoria analítica denominada o excessivo trabalho das merendeiras aborda questões relativas às mudanças ocorridas na alimentação escolar no decorrer dos anos; as atividades exercidas pelas merendeiras; o ambiente de trabalho; as alternativas para amenizar o desgaste físico; o convívio entre as merendeiras e demais membros da comunidade escolar; e sobre suas concepções sobre higiene.

4.1 O processo de transição da merenda

Merenda é o termo que se mantém como tradição ao se referir à alimentação escolar oferecida pelo PNAE às escolas públicas e filantrópicas de todo o país. Ocorre em geral no meio da manhã, da tarde e início da noite. Nesses espaços de tempo estão os cardápios diversificados em que a merendeira diz ficar ocupada permanentemente. Para elas alimentação escolar e merenda são termos que se assemelham. Comida e merenda são termos distintos e se confundem no cotidiano da escola. Porque comida deveria estar no horário do almoço ou do jantar e merenda nos intervalos, como reza a tradição do comer em nossa sociedade.

Em 1988 ficou assegurado o direito à alimentação escolar a todos os escolares do ensino fundamental. Depois, em 2010 já se estudou a possibilidade de ampliar para todos do ensino médio (BRASIL, 2011b). O que representou uma conquista para a sociedade, levando a transformações na alimentação escolar quanto ao seu conteúdo e sua operacionalização. Entretanto, na prática, ocorreu um aumento das atividades desenvolvidas por merendeiras.

A merenda passou de lanche predominantemente, para refeição. Nessa transição, durante dias da semana, a depender do cardápio, são servidas preparações como: arroz com frango, feijão tropeiro, sopa, macarrão entre outras. De merenda restou apenas o nome, como uma metáfora para indicar alimentação escolar no meio do turno matutino e vespertino.

Concomitante a elaboração das refeições servidas nos intervalos das aulas, a merendeira também passou a preparar o almoço para os que participam de projetos especiais (quando o estudante fica em período integral).

Antes era aliviado. Agora é dobrado. O dia todo é de comida. Muita galinha, 12kg de feijão de manhã, 4kg de carne. E os meninos querem mesmo comer. Quer arroz, feijão. Tem que correr para 9:30h servir. Eu acho errado esse horário. Desperdiça, os meninos desperdiçam por isso. Acho 9:30 cedo. Tem uns que estão com fome, mas tem outros que não estão (Roberta).

O volume das tarefas associadas ao número insuficiente de funcionários impede que a experiência adquirida por elas seja elaborada, sistematizada e intercambiada, conferindo significado ao conhecimento produzido.

Segundo Bezerra (2009), a oferta de preparações mais “ricas” nutricionalmente, presente no discurso de gestores e funcionários da escola se dá pela necessidade de nutrir o estudante carente.

Nesse sentido, o termo merenda escolar significa abrandar a fome. E não só dos escolares, mas de funcionários da escola como pude constatar nas escolas que pesquisei.

As transformações que ocorreram no PNAE no decorrer de sua história contribuíram para melhorar a qualidade da alimentação e ampliar a área de atuação em todo o país. Contudo, essas mudanças não aconteceram plenamente, pois não houve simultaneamente investimento na qualificação dessas trabalhadoras e nem melhor remuneração.

4.2 As atividades das merendeiras: a exaustão

Diariamente as merendeiras se organizam e dividem os afazeres entre elas com o objetivo de minimizar o desgaste físico. Entre as atribuições designadas para

a merendeira estão: receber mercadoria, cortar, descascar, preparar os pratos, servir e higienizar os utensílios e a cozinha.

Pedraza et al (2007), destaca o acúmulo de atividades desempenhadas pelas merendeiras: preparo das refeições, distribuição da merenda aos escolares, higienização do material da cozinha, além da faxina geral da escola que ocorre na maioria dos casos. Essa sobrecarga faz com que os procedimentos se tornem repetitivos, autômatos, sem serem questionados e sem visibilidade às razões que os fundamentam e as representações embutidas nesses comportamentos.

O tempo é curto para todas as preparações que são servidas na alimentação escolar. Nas escolas estudadas são servidas refeições à cerca de 400 estudantes por turno. Geralmente um turno antecipa as etapas para o seguinte, pois caso contrário não dá tempo de servir no horário determinado. Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) verificaram e pude também observar que as operações de limpeza e corte de carnes são indicadas pelas merendeiras como as mais difíceis de serem executadas, por isso essas atividades precisam ser antecipadas, ou realizadas no dia anterior.

O preparo de uma refeição termina e logo se inicia o procedimento de servir os escolares. Em seguida se recolhem os utensílios, higieniza-se e já preparam a próxima refeição. É um ciclo de atividades exaustivas que permanece durante todo o turno de trabalho, de seis às oito horas em pé.

O estresse da funcionária é evidente. O ambiente de trabalho além de ser geralmente desfavorável pela estrutura física inadequada e deficiência de equipamentos apresenta quase sempre poluição sonora pelos equipamentos utilizados nas cozinhas e pelos próprios escolares nos intervalos das aulas. Eles brincam, gritam e pedem a merenda insistentemente.

Além de todas as atividades que precisam realizar durante a jornada de trabalho para preparar e distribuir a merenda aos escolares, essas merendeiras fazem outras preparações para servir os funcionários da escola. Abaixo seguem alguns trechos que apontam atividades extras as suas funções: “*A gente vai trabalhar, faz o café para servir os professores e depois tem a merenda que a gente tem que começar a preparar*” (Fernanda). Para outra: “*Procuro fazer o melhor; me pedem as coisas e eu atendo*” (Roberta).

Observo que o receio em dizer sobre seu trabalho estressante está motivado pelo medo dos gestores, de uma possível perda do emprego, sem dúvidas. Mas,

esta mesma merendeira entra em contradição ao se referir do seu sentimento de desvalorização social por outros servidores da escola.

As atividades extras acabam por tomar tempo e sobrecarregar ainda mais uma função que já é por si desgastante. *“Praticamente sem horário de descanso, é tudo um corre-corre”* (Fernanda).

É comum alguns funcionários (fiscais de corredor, porteiros e serventes) almoçarem no refeitório da escola. O que chamou atenção é que são as merendeiras que esquentam a comida desses servidores, o que além de sobrecarregar seu trabalho, desvia suas funções e ocupa seu descanso.

Assim, acumulam as tarefas de merendeira e de servente. Isso representa uma sobrecarga de trabalho operacional que as desgastam ainda mais. Uma rotina marcada por um trabalho cansativo e ininterrupto. *“Na cozinha a gente carrega peso. Panela pesada; muita quentura. Merendeira dá um duro danado”* (Nilza).

Souza et al (2003) em seu estudo verificou através das falas das merendeiras a sobrecarga de seu trabalho e obteve expressões como: robôs, uma mulher carregando a escola nas costas e uma mulher com vários braços fazendo mil coisas. Essas palavras traduzem os sentidos atribuídos por merendeiras porque executam múltiplas e intermináveis funções. Com isso se identificam desvalorizadas na comunidade escolar.

Entendem que o desgaste do trabalho faz parte do cotidiano nefasto ao qual estão imersas. *“Meu ombro dói, minha coluna dói, mas é isso aí”* (Nilza); *“Chego em casa pra descansar”* (Fernanda).

Para elas, o trabalho se assemelha ao de quem pega peso, limpeza pesada, horas em pé e em silêncio. Como se não houvesse qualquer diálogo, se “isola” na cronologia do cotidiano. Não há como observar se os estudantes estão se alimentando, suas condutas. E apesar da sobrecarga, a merendeira se preocupa em ajudar os colegas, a realizar as tarefas dentro de seu turno evitando deixar incompleta alguma atividade para as próximas colegas. Não há como descansar ou fazer um intervalo e muitas vezes não há tempo para comer.

Apesar disso, noto a indiferença dos gestores em relação ao trabalho das merendeiras. Parecem invisíveis e ignoradas por eles (elas). O que importa para o gestor é o produto final do trabalho, ou seja, o preparo e distribuição da alimentação escolar. Mas, o processo e as dificuldades durante as etapas da jornada diária são desconsiderados. É como se ninguém pudesse ver o desânimo, o cansaço e o

estresse de quem vive o ritmo de trabalho dessas pessoas. É como se não visse o cansaço do labor de quem limpa, prepara, cozinha e distribui a refeição. Depois recolhe, lava e limpa, limpa e guarda numa roda-viva que não cessa, até a exaustão do turno em que se retira o avental e de mãos úmidas à casa retornam.

Sem reconhecimento social e com baixa remuneração (salário mínimo nacional) o trabalho da merendeira é indispensável à escola, mas considerado inferior em relação a qualquer outro da comunidade escolar.

Entendo que os indivíduos que executam tarefas como estas são consideradas inferiores, por diversos motivos, geralmente estas pessoas são percebidas como trabalhadoras à margem do mundo moderno, ou deslocada da vida moderna. Com essa reflexão fui a Giorgio Agamben (2002), que mostra os ignorados pela sociedade como desamparados e reduzidos à materialidade da vida biológica.

Nesse sentido, as merendeiras escolares por desempenharem atividades simples como cozinhar e lavar são como seres “invisíveis” aos olhos de outros setores sociais. Mas observo nestas pessoas, cabisbaixas e envergonhadas uma conformidade e aceitação de sua condição como se já naturalizassem o sofrimento dos pesos e do calor excessivo da cozinha sem estruturas de funcionamento para atender a centenas de estudantes. “*A gente tem que trabalhar de acordo com o que tem. Meu trabalho é esse então procuro me adequar*” (Nilza). O que poderiam fazer?

Teo; Sabedot; Schafer (2010) verificaram que as merendeiras valorizam o outro que está fora da cozinha, professores e bibliotecários, e não percebem sua função em contribuir para o desenvolvimento do educando.

De acordo com Hanna Arendt (1994), ação e discurso são as únicas formas que o ser humano tem em mostrar suas identidades pessoais e singulares, se manifestarem uns aos outros, não como meros objetos físicos, mas como seres humanos. Existir, portanto é fazer-se visível. E o que poderiam as merendeiras fazerem para se tornarem visíveis aos olhos dos outros da comunidade escolar?

Todos querem ser, desejar existir. Ser alguém e ser para alguém são variações possíveis de uma existência que só se realiza num olhar, num gesto, numa palavra dirigida que dá a quem quer ser, a certeza de que existe, de que tem um lugar de referência (VILHENA, 2008, p.246).

A visibilidade é o que vai possibilitar ao sujeito o estatuto da existência (VILHENA, 2008). O que não é reconhecido não é visto. A existência no meio social

é diretamente relacionada à valorização de seu papel, mas também, e principalmente do reconhecimento enquanto ser humano.

Teo; Sabedot; Schafer (2010) destacaram que as merendeiras têm consciência de que deveriam e gostariam de participar das discussões, mas referem condição de abandono, falta de oportunidade para compartilharem suas angústias e idéias.

Nesse lugar aparentemente esquecido, as merendeiras se queixam pouco, têm ideias sobre cardápios, sonham com melhores condições de trabalho, melhores remunerações e conseqüentemente melhores condições de vida. Nem tudo pode ser dito, mas há nas interdições de suas vozes questões que se percebem inevitavelmente como um sentimento de serem em algum momento, restos humanos da escola.

No contexto histórico de desigualdade da sociedade brasileira, é comum, a falta de qualquer esperança em mudar de vida para os que trabalham exaustivamente por um período grande do dia. Que tempo teriam para fazer um curso técnico? Que tempo teriam para pensar?

Com poucas oportunidades de ascensão social e desvalorizadas, as merendeiras reagem quando lhes falo sobre o PNAE, para elas, o *patrão*. São como artesãs, trabalhadoras manuais terceirizadas, e sem qualquer acolhimento do Estado.

4.3 O ambiente e as condições de trabalho

O cansaço decorrente das atividades rotineiras desenvolvidas acaba sendo exacerbado pela estrutura física das cozinhas. As cantinas escolares observadas apresentam estreitos espaços para a circulação e adequado armazenamento dos utensílios e gêneros alimentícios. “*Com relação à cozinha o espaço não é grande. Eu achava que deveria ter mais espaço*” (Carla). São raras as cantinas escolares que apresentam espaço amplo e condições satisfatórias de armazenamento dos utensílios e da matéria prima.

Cozinha ou cantina, tanto faz. O lugar é o mesmo e tem um conjunto de significantes, idéias, crenças, técnicas, habitualidades e comportamentos que envolvem a alimentação (ASSUNÇÃO, 2008). Ao estudar as acepções dos profissionais que trabalham na produção de alimentos sobre o PNAE é fundamental

conhecer o local onde desenvolvem tais atividades, assim como se dão as relações de trabalho, as condições físicas, estruturais e inter-relacionais.

As cantinas das escolas visitadas apresentam condições razoáveis em relação a estrutura física. Todas são revestidas de cerâmica e possuem armários. Existem diferenças em relação ao tamanho e a quantidade de eletrodomésticos em cada uma das escolas. Uma delas é bastante ampla e com espaço suficiente para realização das atividades. Possui refeitório com mesas próprias para os escolares realizarem suas refeições e lavatório para as mãos.

Contudo mesmo apresentando espaço suficiente para realização das atividades há queixa de que no ambiente não há uma adequada circulação de ar. *“Está faltando um ventiladorzinho pra gente. Precisa para refrescar porque quando chegar o verão fica no sufoco. Às vezes a gente trabalha assim como está aqui tudo aberto pra ventilar”* (Fernanda). O calor excessivo foi constatado por mim durante as visitas a esta escola e as demais também.

As outras duas escolas possuem a cozinha e o refeitório com tamanho bastante inferior, porém com os equipamentos necessários. A estrutura das cozinhas é fator determinante para qualidade do serviço assim como para facilitar as atividades e amenizar o desgaste físico. *“A cozinha não tem estrutura. Fez uma reforma, mas ainda falta muita coisa”.*(Roberta)

As diferenças na estrutura das cozinhas escolares foi também visualizada por Silva (2003) em seu estudo. Esta constatou que o local de trabalho das cozinhas visitadas difere de uma escola para outra. Em algumas o tamanho não é adequado para o seu pleno funcionamento, enquanto em outras verificaram instalações físicas mais condizentes com a atividade.

As cozinhas são geralmente marcadas pelo calor excessivo e por espaços reduzidos que podem contribuir para a diminuição do rendimento e o aumento do cansaço físico. A sobrecarga, atividades repetitivas, a falta de equipamentos e de condições adequadas de trabalho favorecem o surgimento ou progressão de patologias. *“Agora é mais cansativo, surgem mais problemas nos ossos, dores. Cansaço multiplicado”* (Marta).

Freitas *et al* (2008), em seu estudo sobre alimentação na escola com adolescentes, verificou que o trabalho da merendeira é marcado por carência de materiais, uniforme, equipamentos entre outros, que afetam a alimentação fornecida e também contribuem para um serviço mais desgastante. Leite *et al* (2011) destaca

que as merendeiras apontam a falta de reposição de equipamentos, de recursos humanos e de espaço físico como dificultadores na produção da merenda.

A escassez de alguns utensílios é justificada pelas merendeiras pelo número elevado de estudantes e pelo fato destes destruírem os objetos utilizados para realizarem as refeições. *“Está faltando copo, panela, essas coisas que está faltando, porque é muito aluno. E os alunos destroem os copos”*. (Fernanda). Entretanto afirma que a compra desse material já está sendo providenciada pela direção escolar. *“Essa semana ele (diretor) já falou com a gente que vai comprar o material para o colégio”* (Fernanda).

Por falar em utensílios é válido ressaltar o material usado para servir a alimentação, que são pratos, copos e talheres geralmente de plástico. Esses utensílios requerem um cuidado especial com a higienização. Além disso, podem acarretar por parte dos escolares um conteúdo simbólico negativo de inferioridade e discriminação.

Na maioria das escolas públicas a alimentação escolar é servida em utensílios de plásticos de aparência pouco atraente. Os refeitórios não dispõem de mesas e cadeiras em número suficiente para que os estudantes façam as refeições sentadas e as cozinhas funcionam em precárias condições (MARTINS *et al*, 2004). Durante o período de estudo foi possível observar que os locais onde os escolares realizam as refeições são reduzidos o que os obriga a consumirem suas refeições em pé ou que se locomovam para outras áreas da escola como as salas de aula.

Para Bezerra (2009), o fato do educando não opinar sobre o cardápio, não poder se servir do alimento, não ter lugar adequado para realizar as refeições e utilizarem-se desses tipos de utensílios para se alimentar constitui-se como uma atividade discriminatória.

As pessoas que trabalham como merendeiras e serventes de escolas públicas podem ser funcionários do governo do Estado da Bahia ou de empresas terceirizadas. A reorganização no mundo do trabalho das últimas décadas caracteriza um conjunto de transformações e, dentre elas a intensificação dos processos de terceirização das atividades dos serviços públicos. (TAKAHASHI; PIZZI, DINIZ, 2010).

A contratação de merendeiras escolares pode ser feita por três mecanismos: 1) funcionárias públicas efetivas com carga horária de seis horas de trabalho e todos os direitos trabalhistas de um funcionário público. Esse tipo de contratação não está

sendo mais realizado. À medida que se aposentam são substituídas por outras com outro tipo de vínculo empregatício; 2) merendeiras contratadas pelo Regime Especial de Direito Adquirido (REDA). São contratadas pelo período de quatro anos e não podem ter seus contratos renovados. Com carga horária de 8 horas; 3) as merendeiras de empresas terceirizadas que trabalham por 8 horas e o regime de trabalho é definido pela Consolidação das leis de trabalho (CLT). As empresas são selecionadas pelo processo de licitação e a escolhida disponibiliza as merendeiras para as escolas estaduais.

Nas escolas visitadas encontrei merendeiras funcionárias do Estado e outras vinculadas à empresas terceirizadas trabalhando em conjunto, igualmente submetidas às mesmas condições de trabalho. Situação comum foi vista no estudo de Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) nas escolas públicas de Piracicaba.

Os mesmos autores citados acima também verificaram que as contratadas pela prefeitura não usam as vestimentas adequadas. Observei que as merendeiras das empresas terceirizadas reclamam por não possuírem fardamento e equipamentos individuais necessários para a produção de refeições. Usam luvas e toucas compradas por elas.

Algumas cozinhas que estamos precisando a firma até hoje não mandou. Sou terceirizada, mas a afirma até hoje não providenciou a farda da gente (Fernanda).

As roupas não são adequadas. Mas a gente não pode fazer nada (Marta).

Não tem luva. A gente é que se vira pra comprar (Nilza).

Além de mal remunerados ainda assumem a compra de suas roupas de trabalho. Às vezes me pergunto se de fato, são repassadas as verbas para as escolas conforme prevê a legislação?

As condições de trabalho não são ideais e nem chegam perto disso. Mas algumas merendeiras consideram que há interesse dos dirigentes das escolas para melhorar as cantinas.

Apesar do desgaste físico causado pela rotina e excesso de trabalho as merendeiras demonstram gostar do que fazem. Há na realidade um antagonismo em suas falas, pois ao tempo em que se referem ao cansaço desanimador, encobrem a realidade com um aparente contentamento que lhes garantem o emprego ou a

ilusão de seu valor social. “*Tem que está sempre limpando, arrumando [...] mas eu gosto, trabalho satisfeita, não tenho o que dizer*” (Fernanda). Carvalho et al (2008) também constatou que apesar da sobrecarga as merendeiras revelam satisfação em dar alimentos aos escolares.

O que se pode dizer ou não, é controlado pela censura de fazer críticas sobre o trabalho. E nem sempre expressam opiniões por necessitarem do emprego. Sentem-se, pois, inferiorizadas por terem baixa escolaridade e receios de serem julgadas como ignorantes.

As condições estruturais do trabalho evidenciam outro texto, que expressa o desgaste de um trabalho cotidiano com dificuldades, excessos, desvalorização. Não tem poder de opinião e não participam das tomadas de decisão que influenciam diretamente o trabalho. Como podem afirmar que gosta do que faz quando expressam dificuldades? Podem até gostar, num dado momento, porque se acostumam ou naturalizam o mundo cotidiano, mas provavelmente não estão satisfeitas com as condições que estão submetidas. Sobre isto, mostro mais adiante.

4.4 Como amenizar o desgaste?

Um dos motivos que pode ser relacionado ao desgaste físico das merendeiras é o excesso de trabalho ao estarem realizando tarefas em demasia (merenda – almoço - merenda). Houve a intensificação das atividades com as modificações do cardápio, mas não ocorreu a incorporação de um novo turno de trabalho que pudesse amenizar essa sobrecarga, nem houve aumento de funcionários. Mielniczuk (2005) verificou o mesmo em seu estudo

Com a introdução de projetos nas escolas com ofertas de almoço para grupos de escolares da educação integral, as merendeiras testemunham o excessivo serviço sem aumento de remuneração.

Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) confirmam que a intensificação do trabalho das merendeiras é devido às expressivas modificações qualitativas e quantitativas no cardápio, estabelecidas por diretrizes macropolíticas do PNAE e não é uma questão relacionada à má administração do tempo e das tarefas por parte dessas trabalhadoras.

Para melhorar as condições de trabalho e diminuir o desgaste físico uma das sugestões apresentadas por uma merendeira foi de aumentar o número de

funcionários e reduzir a carga de trabalho. Sobre isso, outras sugerem trabalhar por turno de seis horas, como ocorre em outros setores da escola. Em contrapartida outras não creem em qualquer mudança possível para amenizar o cansaço, a exaustão que sentem na árdua tarefa de fazer merendas.

Os horários para servir a merenda são fixos e o tempo para elaboração das refeições é curto o que gera momentos de estresse e agitação para dar conta de servir no horário. Em muitos casos há preparações simultâneas, como por exemplo, enquanto estão fazendo a merenda da manhã estão também confeccionando o que será servido no almoço ou na merenda do próximo turno. Tudo parece acumular. É confuso, inquietante, disperso ao olhar.

As tarefas de limpeza que foram incorporadas à função da merendeira são feitas entre uma refeição e outra, enquanto a comida está no fogo. A depender da refeição que está sendo preparada são poucos os momentos para descansar e realizar suas próprias refeições de forma adequada.

Semelhante ao que foi observado por Pena; Freitas; Cardim (2011) em uma comunidade de pesca, o trabalho das merendeiras do ponto de vista ergonômico, apresenta sobrecarga muscular, no pescoço, ombros, dorso, membros superiores e região lombar. Esses fatores contribuem consistentemente para o surgimento de patologias. Neves; Bezerra e Muniz (2002) também enfatizaram os riscos presentes no ambiente de trabalho das merendeiras.

Em uma das falas das merendeiras deste estudo, ao abordar as sugestões de melhoria sobre as condições de trabalho surgiu à temática da remuneração. A insatisfação é geral. *“Então tem que melhorar o salário. Eu acho que tem que lutar pro melhor pra gente. Livrando disso, pra mim tem que está disposta”* (Nilza).

O corpo tem que está disposto para o trabalho. Além da remuneração insuficiente, convive-se com a preocupação mensal em relação ao recebimento irregular das empresas terceirizadas.

Nesse sentido, sentem-se “abandonadas” pelos gestores da escola e precisam de disposição para enfrentar o cotidiano do trabalho. A disposição nesse caso é cercada do medo de perder o emprego. E a idéia de *luta* é a resistência, a defesa ou uma espécie de negação do que percebem sobre si, seu trabalho sem visibilidade ou valor.

4.5 O convívio...

As tarefas realizadas pelas merendeiras são extremamente desgastantes e estas “correm” contra o tempo para executá-las. Além do excesso de trabalho há ainda a pressão temporal, visto que os horários das refeições são fixos não podendo ser adiados.

Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) em seu estudo observaram que para responder a esses desafios as merendeiras se sustentam no apoio do coletivo da equipe. Cada um faz o que precisa fazer, no momento e tempo certos, sem precisar de alguém que fique solicitando ou fiscalizando.

Interessante verificar que estas merendeiras, apesar das dificuldades encontradas cotidianamente sempre conseguem servir a merenda aos educandos no horário pré-determinado. Durante as visitas às escolas pude observar que não existe fiscalização ou qualquer supervisão. Em alguns momentos o gestor vai até a cantina para ajustar ou alterar o cardápio, mas não com o intuito de vigiar se estas estão de fato executando suas funções.

Observei uma alteração no cardápio. Uma mudança de planos devido o curto tempo para o preparo, mas que logo se resolveu. Em vez de frango se ofereceu suco e biscoitos. Entretanto ocasionou um estresse para a merendeira. Para amenizar o desgaste físico e os entraves e tornar o trabalho mais agradável elas trabalham em conjunto.

O ambiente das cozinhas escolares é também um local para conversas e momentos de socialização. Ao preparar as refeições as merendeiras trocam experiências, compartilham suas histórias, frustrações e alegrias.

A solidariedade, afetividade e cooperação fazem parte do fazer comida e comer. Ninguém fica com fome, todos se ajudam mutuamente. Muitos dos funcionários como serventes, porteiros e cozinheiros das escolas, se alimentam da merenda escolar. Para as merendeiras comer é direito de todos e não exclusivamente dos estudantes. Muitos separam antecipadamente seu alimento antes mesmo de distribuir para os escolares.

Mesmo com a continuidade de atividades que se assemelham às domésticas em seu ambiente de trabalho e da exaustão de sua jornada diária, a merendeira por alguns momentos esquece os problemas pessoais e suas dificuldades enquanto

trabalham. *“Às vezes a gente chega com algum problema e deixa pra lá. Chega todo mundo com alegria” (Nilza).*

Esse desligamento dos conflitos pessoais e das dificuldades do trabalho pode estar relacionado ao fato de exercerem atividades que tem aptidão e pela naturalidade de como agem e sentem os problemas que vivenciam em seu mundo social: baixos rendimentos, baixa escolaridade, desemprego de filhos, violência no bairro etc.

4.6 A concepção de higiene

Assim como ocorreram mudanças na composição do cardápio também foram incorporadas metas higiênicas à política de segurança alimentar brasileira. A manipulação dos alimentos, de acordo com as normas sanitárias acarretou para as merendeiras a incorporação de novas tarefas, como clorar os vegetais e os utensílios (TAKAHASHI; PIZZI; DINIZ, 2010)

O cuidado com a higiene corporal, do ambiente e com os utensílios é uma preocupação diária das merendeiras. O objetivo é mostrar que fazem de forma correta e que não há perigo no consumo dos alimentos. *“A gente sempre está lavando, fervendo, botando cloro nos canecos, nas colheres e nos copos” (Roberta).*

A higiene do ambiente e dos manipuladores é considerada pela merendeira como essencial na produção de alimentos para garantir a qualidade do produto. Na linguagem há uma clara disposição em seguir alguns procedimentos, ainda que nem sempre ocorra na prática. E dizem: *“Tem que ter luvas, unhas cortadas, unhas bem limpas. Pra mim você trabalhar num local que não tenha limpeza o alimento não está adequado. Tem que ter higiene, para lidar com alimentação” (Nilza).*

Todas essas afirmações em relação ao cuidado e a higiene ao preparar as refeições provavelmente foram exacerbadas pela minha presença na escola. Afinal trata-se de uma nutricionista realizando uma pesquisa. Com isso elas estão constantemente reafirmando que executam atividades necessárias para o controle higiênico na produção.

Contudo o que constatei foram antagonismos, ao mesmo tempo em que afirmam a limpeza observo que nem sempre usam acessórios necessários por falta de material como luvas e touca, ou por resistência, oposição, da parte delas.

Em suma, a alimentação escolar no decorrer de sua história apresentou melhoria referentes a qualidade nutricional acarretando concomitantemente aumento do trabalho exercido pelas merendeiras. Pude constatar que as merendeiras são profissionais desvalorizadas pela sociedade e com pouca visibilidade.

As condições e o ambiente de trabalho são precários, sem grandes expectativas acerca de melhorias. Apóiam-se na solidariedade do colega para superar as dificuldades enfrentadas diariamente.

5. SOBRE A ALIMENTAÇÃO

De tudo que os seres humanos têm em comum, o mais comum é que precisam comer e beber (George Simmel)

Ao falar de merenda escolar é preciso conhecer os aspectos relacionados à alimentação sob a ótica da merendeira. Dessa forma a categoria sobre a alimentação relata as recordações da merendeira enquanto estudante; o comer no ambiente de trabalho; as concepções de saudável; os tabus alimentares; fala sobre o cardápio das escolas e as preferências dos escolares.

5.1 Lembrança da merenda quando criança

Enquanto crianças as lembranças que envolvem a merenda escolas são vagas, há dificuldade em recordar a merenda servida na escola no período da infância. *“Naquele tempo, pra lembrar assim há 23 anos. Eu não lembro, mas tinha chocolate, mingau”* (Marta). Em sua experiência como aluna a merendeira recorda *“da carne do sertão que comia de noite no ICEA”* (Roberta).

Ao apresentar sua história observa-se o esquecimento da merenda enquanto era estudante. *“Tinha pouca... Eu não participava muito. Na época era mais difícil. Acho que tinha uma broa, coisa assim”* (Roberta). Por que se olvidou de algo tão marcante na sua infância. Será que ela não valoriza seu próprio trabalho? Ou na época em que estudava a merenda não foi importante em sua vida? Sobre isso lembro Paul Ricoeur (1990) ao considerar a leitura de uma narrativa como uma obra em que se obtém significâncias. No caso, falta uma mediação entre a merenda de sua infância e a alimentação escolar que hoje vivencia em seu trabalho.

Mas, não é unânime o esquecimento. A recordação da merenda escolar é também marcada pela lembrança de uma alimentação saborosa. Através de seus gestos e semblantes pude compreender que a merenda na infância traduz um significado que parece contribuir para acarretar boas recordações.

De acordo com a narrativa da merendeira, a alimentação servida nas escolas quando criança era considerada leve, ou seja, não serviam comida, apenas lanches.

“Como eu estudava pela manhã dava mais suco com biscoito, tinha mingau. Agora é que está dando almoço, mas naquela época não tinha, era mais leve”.(Fernanda).

Muitas recordações da alimentação escolar estão relacionadas às preferências alimentares que acompanham o indivíduo durante a sua vida. As escolhas por lanches e não por comida não é exclusiva das crianças. E relembra ainda: *“Gostava mais da merenda, de mingau de milho, banana cozida, sopa. Feijão comia, mas não gostava. Arroz também não”*(Carla).

Gostos e preferências estão relacionados aos costumes e tradições. De acordo com Bourdieu (1989), o *habitus* alimentar corresponde à adoção de um tipo de prática que tem a ver com costumes estabelecidos tradicionalmente e que atravessam gerações, com as possibilidades reais de aquisição do alimento e com uma sociabilidade construída no âmbito familiar, comunitário e por outras dimensões da vida social.

5.2 O comer no trabalho

Sentimentos expressos, componentes da cultura do modo de ser e pensar o corpo na cozinha são revelações necessárias ao entendimento do espaço particular do mundo do trabalho (ASSUNÇÃO, 2008).

Algumas das refeições principais das merendeiras são realizadas no ambiente escolar. Eles aproveitam as preparações servidas para os educandos para se alimentarem também. Isso provavelmente ocorre por estes passarem grande parte de seu dia em um ambiente preparando comida, o que provavelmente pode lhes parecer de direito consumi-las. Ou pode ser realmente pela falta de recursos marcada pela baixa remuneração, o que me parece ser bem provável.

Na verdade quando a merendeira Fernanda diz que fica *“o dia todo sem comer”*, não quer dizer que permanece em jejum. A merendeira se alimenta das preparações servidas pelo PNAE, seja lanche ou refeições completas. Ela se refere à ausência de uma preparação que lhe sirva de almoço, conforme seu hábito. Acostumada a pensar almoço como uma associação de feijão, farinha e carne, nem sempre a merenda escolar atende. Outra merendeira prefere levar o almoço de casa.

Mas, ainda assim, em geral, elas e outros funcionários se alimentam do programa. Muitos foram e ainda são estudantes das escolas públicas e participaram

do PNAE. Agora continuam como se não houvesse pausa. Para as merendeiras e tantos outros funcionários, professores da rede pública, **a escola é lugar de comer e estudar, comer e trabalhar**. Cria-se então um vínculo, uma aquisição, um hábito no dizer de Bourdieu (1989). O *habitus* alimentar trata de uma necessidade que sempre se renova e aceita novas propostas, mas mantém suas bases histórico-culturais.

Pude ouvir as conversas entre merendeiras e outras funcionárias da escola, onde comentavam que os estudantes normalmente desperdiçam as preparações e que a refeição servida naquele dia (Foi servido arroz com soja) estava uma *delícia*. O que confirma que elas freqüentemente consomem a alimentação escolar.

5.3 Concepção de saudável

A constante divulgação existente no mundo que nos cerca sobre alimentação saudável ocasiona a reflexão sobre o tema. O saudável preenche o universo da ficção das pessoas. Fala-se muito do que é saudável, mas o que é de fato?

O que se entende sobre o comer saudável por mais discutido que tenha sido ainda figura-se como algo difícil ou impossível de ser seguido. Talvez esteja relacionado ao fato de que o que é dito saudável está distante da realidade das pessoas ou pela falta de acesso ou simplesmente por questões culturais e históricas. “*Agora está até mandando comer mais as coisas avermelhadas que é bom. Vitamina D, vit. C* (Roberta)”.

A qualidade do produto deve ser interpretada como o resultado de um conjunto de condições e cuidados, compreendidos em toda a cadeia produtiva, desde a obtenção da matéria prima até o momento da sua utilização. Entre os componentes que podem afetar essa qualidade, encontra-se o manipulador de alimentos, neste caso em estudo as merendeiras (LEITE *et al*, 2011).

Define-se alimentação saudável como o padrão alimentar adequado às necessidades biológicas e sociais dos indivíduos. Esta deve ser acessível, saborosa, variada, colorida, harmônica e segura quanto aos aspectos sanitários. É preciso também considerar as práticas alimentares culturais, valorizar o consumo de alimentos saudáveis regionais, sempre levando em consideração os aspectos comportamentais e afetivos relacionados as práticas alimentares (BRASIL, 2007).

A merendeira tem consciência das preparações que podem ocasionar conseqüências danosas tanto para elas quanto para o escolar. Entretanto evitar ou excluir os seus hábitos alimentares parece difícil e improvável, visto que questões dessa natureza estão muitas vezes enraizadas na história de vida dessas personagens, pois fazem parte dos seus costumes, da cultura.

Na minha alimentação eu como muita coisa errada. Eu gosto muito de farofa, gosto de muita calabresa frita, carne do sertão frita (risos). Isso é um veneno. Uma carne de sertão com uma gordurinha. Essas coisas assim eu gosto de comer (Marta).

São muitos os significados em relação ao que é saudável. Uma adequada alimentação pode ser relacionada ao paladar, ao gosto bom e saboroso dos alimentos e também ao estado de espírito. Segundo a merendeira é considerada alimentação saudável aquela que tem o sabor de sua preferência. “*Gostar daquela alimentação se alimentar bem*” (Carla). Para ela o que importa é o sabor e não os benefícios nutricionais ou malefícios que determinada preparação pode ocasionar na saúde. Mesmo que tenha informações sobre os efeitos danosos de algumas preparações.

As preferências alimentares assim como o estado de conservação, ser consumido logo após ser preparado, dos alimentos são considerados indispensáveis para o consumo de uma alimentação saudável. “*Se você fizer assim um feijão, que eu acho uma alimentação saudável, uma fruta, uma verdura. Sempre está fresquinho*” (Nilza).

De acordo com Mielniczuk (2005) os relatos das merendeiras identificam que alimentação saudável é classificada pela ausência de algumas substâncias, como gordura, sal, açúcar, frituras e de alguns temperos considerados não saudáveis ou que fazem mal. Uma alimentação saudável é aquilo que faz bem e corresponde ao consumo de alimentos como frutas, verduras e legumes.

O comer de forma adequada no presente estudo também é vincula à exclusão ou privação de alimentos altamente calóricos denominados pelas merendeiras de “comida pesada”. “*Coisas leves que a gente pode comer e se sentir bem. Comer sempre bem. Coisas leves, não comer coisas pesadas. Feijoada, essas coisas só uma vez na vida*” (Fernanda).

Essa preocupação em evitar alimentos calóricos pode estar associada ao controle de peso, mas neste caso específico das merendeiras posso atribuir a condição de saúde, visto que muitas mencionaram precisar selecionar o que consomem por apresentarem alguma patologia que pode ser controlada com a alimentação.

A concepção de uma alimentação moderna permeia o universo da merendeira. *“Ah eu como pouco em casa. Mais fruta, verdura tudo mais assim light, diet. Por causa da dieta que eu tenho”*.(Fernanda). As patologias que acometem a população tem exigido um maior controle sobre os alimentos consumidos e a intervenção da mídia tem disseminado a aquisição de produtos com reduzido teor de calorias, açúcares e gorduras. Mas será que essas pessoas têm conhecimento de fato em relação a esses tipos de alimentos?

Freqüentemente a mídia divulga a importância do consumo de alimentos saudáveis como as frutas e verduras para se manter uma vida saudável e prevenir enfermidades. A fala da merendeira ao se referir como saudável o consumo de mais frutas e verduras diariamente pode não representar de fato a sua concepção, mas sim a massificação desse tipo de informação que é constantemente vinculada no mundo globalizado.

O sobrepeso e a obesidade é característica de parte desses trabalhadores que atuam diretamente com gêneros alimentícios. A merendeira justifica as condições de trabalho, o excesso de coisas para fazer e seu peso também excessivo. *“Estou gorda (risos). Já fui mais gorda ainda por causa da tireóide que eu tenho”* (Roberta). A noção sobre obesidade está relacionada à tireóide e não ao consumo alimentar. Sua narrativa parece esconder a responsabilidade sobre o excesso de alimentos e pelo fácil acesso no PNAE.

Os hábitos alimentares relatados parecem não condizer com a realidade. O que se entende por adequado é o que se deseja e pode não representar o consumo real. Algumas contradições são identificadas como: *“Peixe que é mais difícil, mas procuro sempre colocar no cardápio. Pelo menos uma vez a duas vezes na semana. Se eu puder, a condição der. Condição pouca, salário pouquinho”* (Nilza).

Noto em sua fala que ela tem informação a respeito dos benefícios do consumo de peixes – considerado um alimento saudável pela nutrição - e que tenta convencer com sua narrativa que consome freqüentemente. Entretanto sabe-se que este alimento pode onerar seu orçamento mensal e que pelo seu salário não teria

condição de consumi-lo na freqüência relatada de “*pelo menos uma vez a duas vezes na semana*” (Nilza).

A valorização da comida popular de fácil acesso é destacada pela merendeira. É nítida a preferência pela comida tipicamente brasileira. Comida simples, regional e que está presente na mesa de grande parte da população. “*Meu feijão eu não deixo por nada. Adoro feijão. Feijão, arroz, carne. Ave Maria adoro carne (risos)*” (Nilza). A mistura arroz com feijão constitui o alimento básico, uma combinação rica em nutrientes e cujo consumo atinge grande parte da população. Entretanto o consumo pelas classes populares tem diminuído por questões financeiras e pelas propagandas da indústria alimentícia (FREITAS; MINAYO; FONTES, 2011).

Apesar da baixa renda, onde os recursos são escassos e que pode não permitir a melhor escolha dos alimentos que se pretende consumir, existe a preocupação em evitar o consumo freqüente de alimentos industrializados, não considerados como saudáveis. Embora, apesar de não estar explícito em sua narrativa, este tipo de alimento parece estar entre os seus preferidos e que costumam fazer parte do cardápio desses protagonistas.

Uma vez na vida tem um hambúrguer, uma salsicha, muito difícil. Eu acho que pra mim já não é bom. Nem pros meus filhos. Pra mim não é uma alimentação saudável entendeu? Nada que for industrializado pra mim. Se eu puder evitar eu evito (Nilza).

A preocupação com os excessos ou com o consumo de alimentos que possam causar prejuízos à saúde dos escolares também é uma preocupação por parte das atrizes sociais e são levados em consideração no momento do preparo. “*Uma criança não é diabética, mas passa a ser por causa do açúcar. Sal demais, ai descontrola pressão, descontrola tudo. Entendeu?*” (Marta).

Em relação à concepção de alimentação saudável sobre a merenda escolar do ponto de vista da merendeira, Paiva (2011) cita a narrativa de uma das merendeiras que afirma que agora a alimentação é saudável, mas que antes eram servidas besteiras, como pipoca e cachorro-quente.

A alimentação saudável representa para a merendeira uma polissemia de significados. Para elas o saudável está relacionado ao prazer, a qualidade, ao que é natural e a redução de calorias. Mas o que se pode observar é que as concepções

em relação ao que é saudável têm forte influência das informações que são vinculadas na mídia.

5.4 Tabus alimentares e costumes

As escolhas e aversões alimentares são decorrentes da interação de vários fatores que podem ser motivados por preferências individuais, condições socioeconômicas, pelo regionalismo, crenças, religião entre outros fatores que podem interferir no padrão alimentar do indivíduo.

Ramalho e Saunders (2002) destacam que a palavra tabu teve origem na polinésia e significa alguma coisa que não pode ser definida. Em seu estudo destaca várias definições de autores sobre tabus alimentares. Entre elas encontram-se os termos: proibido, intocável, do sagrado e inquietante, perigoso e impuro.

Encontram-se pelo Brasil algumas superstições e proibições quanto ao consumo de alimentos isoladamente, ou em misturas, em certas etapas da vida, ou em determinados horários do dia, entre outros (RAMALHO E SAUNDERS, 2002).

Os tabus em relação ao uso de gêneros alimentares diferentes despertam a dúvida das merendeiras em relação aos malefícios ou não a saúde. O medo de consumir certo tipo de alimento em elevada quantidade ou associados a outros está presente na fala desses atores. “*Eu não gosto de nada muito misturado*” (Marta).

A mistura de alimentos não convencionais ou até mesmo comuns no meio em que vivem é visto como *estranho* que pode ter como resultado um sabor não muito agradável ou que possa ocasionar algum prejuízo a saúde. O que justifica temer consumir algum alimento junto com outro se estes são aceitos em uma outra preparação em que engloba uma variedade deles?

Não vai comer duas frutas na mesma hora! Quer botar no prato mamão e abacaxi pra comer? A não ser que seja uma salada de frutas ai eu como tudo junto, mas se for separadamente eu não vou pegar uma manga e chupar junto com o abacaxi. Porque eu sei que faz mal (Marta).

Trigo *et al* (1989) avaliou a opinião de mães a respeito de misturas de alimentos e entre eles de frutas e verificou que existem tabus em relação ao consumo simultâneo de frutas assim como os encontrados nesta pesquisa com as

merendeiras. Entre as mais recusadas em seu estudo encontram-se as cítricas e a manga. Apresenta também a afirmação de Cascudo (1983) sobre a rejeição a mistura de frutas, onde diz que sua origem remota Hipócrates e que segundo ele as frutas eram consideradas de natureza úmida e fria, podendo ser alteradas se consumidas quentes, perturbando a digestão e causando doenças.

Em contrapartida não é unânime na narrativa das merendeiras o receio em consumir certos alimentos associados, tabus ou restrições alimentares. O que não quer dizer que esta realmente não tenha nenhum tabu alimentar, pois apesar de não ter mencionado, esse tipo de “proibição” permeia o universo de grande parte das atrizes sociais. Entretanto o que ressaltou foi à importância da adequada cocção, conservação e armazenamento dos alimentos para garantia da qualidade do alimento.

A preocupação com a conservação e o armazenamento dos alimentos pode representar a necessidade de demonstrar sua capacitação e a confirmação de estar desempenhando sua função corretamente.

O cuidado e a preocupação ao preparar a alimentação escolar é maior do que o que se tem ao cozinhar em suas residências. Essa atenção redobrada se atribui ao fato de estar cozinhando para o outro, nesse caso os escolares, onde não se pode oferecer uma comida feita de qualquer forma sujeita a reprovação.

Freitas; Minayo; Fontes (2011) alegam que o *habitus* alimentar podem ser compreendido através da linguagem, das atitudes e práticas e se traduz em ritos, valores, mitos, crenças e tabus. Embora as merendeiras afirmem que não trazem seus hábitos domésticos para o ambiente de trabalho, pude constatar contradições ao falarem que não usam, ou que utilizam em pequenas quantidades determinados ingredientes tanto em casa quanto na escola.

As merendeiras se preocupam em preparar as refeições para os escolares e assim evitar intercorrências. Contudo sabe-se que as atividades que desenvolvem são continuidade do trabalho em seus lares. Trata-se de ações feitas automaticamente em que a prática de anos de trabalho na cozinha, tanto em suas residências como nas escolas, leva a merendeira a trazer suas tradições domésticas para o ambiente de trabalho.

5.5 O Cardápio

O que vai ser hoje, o que vai servir hoje? Então fica aquela aflição, naquela agonia. Eu acho que deveria ser assim, ter o cardápio certo. Cada dia de segunda a sexta ter um cardápio certinho. Porque também atrapalha a gente na hora do cardápio porque a gente não tem o cardápio na mão (Fernanda).

O cardápio é o determinante essencial desse processo produtivo, pois representa o conjunto das decisões para o preparo diário das refeições e que irá determinar as exigências do trabalho. A composição do cardápio é consequência das intenções e compromissos para atender o usuário do ponto de vista calórico-nutricional, paladar, hábitos regionais e critérios de custo (TAKAHASHI; PIZZI; DINIZ, 2010).

Em geral deve atender aos objetivos do PNAE em suprir necessidades nutricionais dos estudantes durante sua permanência em sala de aula e simultaneamente ao gosto dos usuários. Mudanças ocorridas no programa trouxeram cardápios mais ricos em nutrientes, e mais variados, oferecendo além de sopas e mingaus, outras refeições como comidas regionais: feijão tropeiro, cuscuz, mingau de tapioca, risoto de carne seca.

A introdução de novas preparações no cardápio da merenda escolar tem favorecido o aumento do consumo de alimentos até então desprezados pelas crianças e adolescentes. *“A gente colocou aqui pra eles comerem salada, salada de verduras, beterraba. Eles estão comendo. Outro dia fiz grão de bico” (Roberta).*

O cardápio deve ser planejado por um nutricionista. Mas, nas unidades escolares pesquisadas não há cardápios elaborados por nutricionista, profissional designado para tal função. A decisão do que vai ser servido aos estudantes é tomada pela direção escolar, e raramente consultam as merendeiras.

O estudo de Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) constatou que a merendeira ressentida em não participar das decisões que influenciam diretamente o seu trabalho. Para este trabalho do Cabula, as merendeiras relatam que os chefes se lembram mais delas na hora de comer.

Para elas é uma prática comum, que o menos esclarecido não seja ouvido, não participe de decisões. Tipo característico do autoritarismo. Os funcionários que põem a “mão na massa” literalmente conhecem mais sobre o seu trabalho e por isso são capazes de contribuir com sugestões que podem melhorar todo o serviço.

A variedade do cardápio é vista de forma positiva pelas merendeiras. “*Eu acho legal, porque não é todo dia repetitivo aquilo mesmo*”. Para aqueles que participam dos projetos ficando o período integral na escola, o cardápio oferece além do almoço, um suco e a sobremesa. “*Bife, galinha assada, de ensopado, macarrão, arroz, feijão [...] Ai vem à sobremesa, uma cocada, umas coisinhas. Suco, tudo tem*” (Marta).

Entretanto a falta de planejamento do cardápio prejudica o desempenho das merendeiras que poderiam realizar o pré-preparo em tempo hábil evitando as mudanças de última hora e a correria para servir a merenda no momento certo.

Nas atividades diárias as merendeiras precisam mudar as estratégias e as técnicas de produção das refeições quando intercorrências como falta de matéria prima ou de tempo não dão conta de servir a alimentação escolar. Isso é uma situação comum nas escolas e incomoda os funcionários, pois frequentemente precisam alterar a preparação. Alguns ingredientes são comprados pouco tempo antes do preparo, outros que precisam de um pré-preparo mais demorado não são disponibilizados com antecedência.

Esses fatores, além de causarem um aumento da ansiedade e da preocupação nas merendeiras contribuído para a sobrecarga e surgimento de patologias, também interferem na qualidade das refeições servidas aos escolares e conseqüentemente prejudicam o desempenho do PNAE. Mas elas não reclamam e silenciam aos gestores.

O controle da qualidade e da segurança dos alimentos é uma preocupação evidente entre as merendeiras. Além da questão higiênica do ambiente de trabalho e pessoal existe também a verificação freqüente dos prazos de validade dos gêneros alimentícios que ficam armazenados.

A merenda feita por elas é entendida como uma alimentação segura que jamais trouxe nenhum tipo de desconforto ou problema de saúde para os comensais. “*Aqui eu nunca vi aluno dizer que comeu e passou mal*” (Fernanda).

A expressão “cozinhar com amor” também foi registrada nas falas dos entrevistados por Assunção (2008). O cuidado e a dedicação ao preparar as refeições adquirem significados artísticos, prazerosos e lúdicos. Em contrapartida surge a seguinte indagação: como podem trabalhar com “amor” diante de diversas adversidades e desvalorização?

5.6 Que tipo de merenda os escolares preferem?

Os alimentos envolvem significados sociais, culturais, emocionais e comportamentais que devem ser considerados quando se trabalha com a temática da alimentação (SOBRAL; COSTA, 2008).

A preferência alimentar dos estudantes em relação à merenda escolar pode estar relacionada aos diversos aspectos do cotidiano, as condições socioeconômicas, a idade, influências da família e dos amigos etc.

Martins *et al* (2004) em seu estudo sobre a aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental verificou que a maioria dos entrevistados justificaram adesão ao PNAE por gostar das preparações servidas e alguns mencionaram como justificativa se alimentarem por sentirem fome. Os entrevistados que referiram não merendar atribuíram a não gostar da alimentação servida, por trazerem lanches de casa e por não sentirem fome.

Danelon; Danelon; Silva (2006), em seu estudo de revisão constatou que grande parte dos escolares consomem freqüentemente a merenda escolar. Fatores como a renda familiar, escolaridade dos pais e idade do estudante, apresentaram significativa associação com o consumo da merenda.

O estudo de Panciera et al (2005) constata que uma substancial parcela dos escolares revelou não gostaram de algumas preparações, estando a sopa em destaque. Resultado semelhante foi observado por Martins *et al* (2004) que constatou menor aceitação deste tipo de refeição.

As escolhas por preparações que não fazem parte do seu cotidiano doméstico podem representar um dos motivos da aceitação ou rejeição de determinadas preparações. A sopa, o arroz e o mingau, por exemplo, podem não estar entre os seus preferidos porque estes pratos geralmente fazem parte da sua rotina em seus lares.

Bezerra (2009) relata que a merenda desejada pelos escolares são as diferentes daquelas que consomem em casa. Mesmo tendo uma dieta monótona os estudantes têm escolhas, sensibilidade no comer, sonham com algumas comidas e esperam encontrá-las na escola.

O que observei é que alguns itens servidos são mais aceitos, como é o caso dos achocolatados, biscoitos e sucos de caixa. *“Agora o que eles amam mesmo, faz*

fila é o Nescau e o suco de caixinha. Nescau eles amam demais, é uma confusão, eles gostam mesmo (Fernanda)”.

Sobre o estudante carente:

Eles chegam aqui com tanta fome. Tem uns que repete três ou quatro vezes a merenda [...] Vai ver nem acham comida em casa, nem acha nada pra comer. Tem muito aluno aqui que precisa mesmo [...] Então tem muito que é necessitado. E eles comem satisfeitos. Repetem (Fernanda).

Tem muita criança que vem para a escola merendar (Nilza).

[...] você vê que é menino desnutrido que a gente vê que precisa do alimento da escola, que vem com fome (Marta).

A concepção de estudante carente está presente nas significações da comunidade escolar - direção, professores e demais funcionários, inclusive das merendeiras. Nesse sentido, cresce a importância da merenda como atividade essencial para a escola.

Para Bezerra (2009), o estudante pobre come tudo e de qualquer jeito e deve-se satisfazer com o que lhe oferecem, as preparações acabam sendo servidas apenas com o propósito de satisfazer fisiologicamente o comensal. Assim, não leva em consideração os aspectos emocionais, sociais e culturais que envolvem o ato de comer.

Costa; Ribeiro; Ribeiro (2001) ressaltam que embora os recursos financeiros para adquirir alimentos necessário para manutenção da saúde seja o principal problema alimentar, outros fatores precisam ser considerados, como a desinformação, a pressão publicitária, os hábitos familiares e sociais e as alterações psicológicas.

Apesar de saber que grande parte dos estudantes das escolas públicas do país pertencem à classe econômica menos favorecida é preciso modificar a concepção de que a merenda escolar existe para “matar a fome”. É necessário que o PNAE seja visto como uma política que pode favorecer a formação de bons hábitos alimentares e a educação nutricional.

A depender da idade há preferências de cardápios. Sturion et al (2005) verificou que há maior adesão da merenda escolar por parte dos escolares mais jovens em comparação com os mais velhos.

Observei durante o período do estudo que as preferências dos educandos variam entre os escolares a depender do turno em que estudam e da faixa etária. Pude constatar que pratos salgados como feijão tropeiro em uma das escolas, onde estudam jovens de maior idade, é uma das preparações de maior aceitação. Esse fato, no entanto não exclui a preferência também pelos lanches. Portanto, essa questão é bastante relativa. Percebe-se que a monotonia é que pode contribuir para a rejeição de algumas preparações.

Os mais jovens gostam de biscoitos, achocolatados e sucos. Não gostam de mingaus. “O mingau quente atrapalha a brincadeira” (Marta). Então não cabe mingau no espaço do recreio, que é lugar de algazarra e diversão. Não cabe nada sério, a escolha de produtos é feita baseada na analogia com o prazer e a brincadeira e não com a saúde.

A preparação quente, como no caso do mingau, além de “atrapalhar” a brincadeira dos escolares, é também motivo de preocupação das merendeiras e de aumento da pressão do trabalho em relação ao tempo. Isso porque elas precisam deixar a merenda pronta minutos antes do horário de servir para que estas estejam em temperatura ideal para consumo e evitar acidentes como queimaduras.

Em seu estudo com merendeiras, Takahashi, Pizzi, Diniz (2010) constataram que algumas referiram ter receio que as crianças derrubem a comida e se queimem e que estas não comem a refeição se estiver muito quente porque não têm paciência de esperar esfriar, pois querem brincar. Esse fato demonstra a preocupação com o lazer e o cuidado que as merendeiras destinam aos comensais.

Mas a preferência dos escolares é comer com recreação (FREITAS *et al*, 2008). Por isso biscoito e suco parecem coisas de festa e são os mais desejados, principalmente quando há recheio e se assemelha à lanche e não a almoço. Por isso é o “carro chefe” daqui diz uma merendeira.

Quer ver a merenda que todo mundo vem em massa aqui? quando é biscoito recheado, cachorro quente (Roberta).

Quem é que não gosta de um biscoito recheado? (Marta).
Eles adoram pão com suco (Nilza).

Segundo a merendeira, às vezes ocorre o contrário: O desperdício de comida. E usam a merenda que rejeitam, na brincadeira. “*Tudo que dá pra eles serve de bagunça. Se der uma maçã quer jogar no outro*” (Roberta).

Se for comida, gostam de “*feijão tropeiro, macarrão com sardinha ou macarrão com soja; Arroz carreteiro eles amam*” (Fernanda). Mas a preferência ainda é a merenda de lanche (biscoito e suco) em vez de comida (feijão e sopa). Sem frutas. A comida tem maior aceitação no turno noturno, onde estudam jovens e adultos. Entretanto, em alguns casos o lanche não é suficiente para suprir o “vazio” causado pela fome, dos que gostam mais de merendas, e as refeições mais completas acabam entre a lista das preferidas.

As merendeiras não sabem o porquê das escolhas e ou da rejeição dos alimentos e relacionam à idade, ao paladar de cada um e as preferências entre o doce e o salgado. Elas também não associam o desperdício à falta de diálogo entre os atores da escola: professores, merendeira, estudantes.

As nossas escolhas alimentares são influenciadas pela cultura; pela mídia. De acordo com Assunção (2008) o paladar está arraigado de valores da cultura, hábitos alimentares, acesso, disponibilidade do mercado e condições socioeconômicas.

Gostos, imagens e sensações ora se assemelham, ora se afastam. O mingau é ruim ou é ruim a sopa, a fruta. Algumas vezes alimento ruim ou bom está associado à falta de espaço para comer e conversar, comer e brincar.

As escolhas estão relacionadas a uma polissemia de significados e questões muitas vezes externas ao tipo de alimento servido. O que hoje parece ser agradável e saboroso em outro momento pode ser repugnante a depender de fatores aparentemente dissociados. Desperdício e rejeição podem então estar relacionados ao sabor, horário, faixa etária etc.

A não aceitação do alimento pelo escolar é uma reação do desgosto, ou da falta de liberdade de escolhas, mas julgada por professores como negação da dívida do Estado (FREITAS *et al*, 2008). Nesse sentido, vale dizer que a concepção de estudante carente na fala dos educadores vai de encontro à proposta do PNAE, que discursa sobre o direito humano à alimentação, universalidade, equidade e participação social.

A aceitação ou não dá merenda é questionada pelas merendeiras na tentativa de melhorar. Estas usam de estratégias diversas para convencer os escolares a consumirem alimentos que não fazem parte de suas preferências. “*Tome hoje pra você não ficar com fome, se alimente pra você não ir pra sala e não desmaiar, se sentir mal*” (Marta). Essas atitudes demonstram a preocupação e o carinho que elas tem com os estudantes.

Controvérsia ao que já foi discutido antes, sobre o isolamento dos educandos das decisões referentes ao cardápio, neste estudo a merendeira relata que a voz do escolar é levada em consideração quanto às suas preferências de merendas. *"Ele tem direito de escolher a merenda e dizer à diretoria que merenda mais gosta"* (Carla). No trabalho de Carvalho *et al* (2008) as merendeiras relataram que a decisão das preparações é da direção, mas que os estudantes em alguns casos opinam quando não estão satisfeitos. Contudo isso parece ser um fato raro nas escolas que conheço.

Preparar a refeição e receber elogio faz parte da intersubjetividade do reconhecimento pelo outro do seu trabalho. A boa receptividade da merenda representa um prêmio para a merendeira, pois a intenção é fazer sempre da melhor forma possível e com total dedicação para obter a satisfação da grande maioria. *"Nós nos preocupamos bastante... Porque é triste você fazer uma comida e dizer está ruim? Então graças a Deus todo mundo come e gosta mesmo"* (Fernanda).

A rejeição é motivo de preocupação para elas; sinaliza a reprovação do seu trabalho. Para identificar o motivo da não aceitação as merendeiras questionam o por que e em alguns casos a intervenção não é bem sucedida. Os funcionários além de sua rotina de trabalho eles têm que lidar com momentos de agressividade e falta de atenção dos escolares. Estes reagem respondendo de maneira equivocada ou desrespeitosa.

Em relação aos hábitos alimentares dos escolares a merendeira considera inadequada a preferência dos escolares por determinadas preparações como, por exemplo, o cachorro-quente. Sugere a oferta de frutas. Mas, segundo elas, as preferências dos escolares nem sempre estão relacionadas ao que se considera saudável.

Mingau de aveia eles não gostam. Querem biscoito recheado. E não é saudável como o mingau, mas aí é o gosto deles [...] A diretora faz questão do mingau porque é mais nutritivo. Então ela acha que tem que ter. Aluno aqui não tem querer (Nilza).

A dificuldade de aceitação de algumas preparações está associada ao fato dos escolares não terem incorporado desde a primeira infância o hábito de uma alimentação diversificada e composta de produtos naturais ricos em fibras e vitaminas. Assim ressalta-se a importância da parceria entre escola e família para a educação alimentar e nutricional (CARVALHO *et al*, 2008).

Existem muitas contradições em relação às preferências alimentares dos escolares. Ao mesmo tempo em que as merendeiras afirmam que eles gostam mais de suco e biscoito recheado, elas também enfatizam que as preparações mais elaboradas são bem aceitas e requisitadas. Sobre este aspecto seria interessante uma pesquisa específica com os escolares. A opinião da merendeira não está clara.

As lembranças da alimentação escolar enquanto crianças estão vinculadas às preferências atuais. A merendeira e demais funcionários de alimentam das preparações servidas aos escolares. O alimento saudável pode não representar o que gostam ou consomem, mas sim o que costumam ouvir nos meios de comunicação. As merendeiras consideram o cardápio variado e seguro e referem realizar suas funções com amor.

6. ACEPÇÕES SOBRE O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

*A gente quer valer nosso suor
A gente quer valer o nosso humor
A gente quer do bom e do melhor
(É – Gonzaguinha)*

As merendeiras são profissionais que atuam no PNAE preparando as refeições que são servidas aos escolares. Portanto conhecer o programa ao qual fazem parte parece, ou deveria ser, primordial. Diante disso procurei compreender como essas profissionais entendem o PNAE e qual a importância atribuída ao programa.

6.1 PNAE o que é isso?

A alimentação escolar já está incluída nas unidades escolares desde o início da década de 40. Entretanto ao serem abordadas a respeito, se conheciam o programa, as merendeiras dizem que não conhecem.

Não estou lembrada. Sei que já tomei um ou dois cursos sobre negócio de merenda, mas não depois que estou aqui (Carla).

Olha eu já assisti. É na TV E? Já passou num programa, mas eu não sei (Nilza).

Já ouvi sim. Na televisão. O moço que falou mostrou o rapaz plantando e tirando assim uma abóbora, a semente, os caroços (Roberta).

Não eu ouvi falar. Não lembro (Fernanda).

Mesmo após explicar sobre o PNAE elas não o reconhecem e afirmaram só ter conhecimento do termo “merenda escolar”. *“Nunca ouvi falar. Só ouço falar em merenda escolar” (Fernanda).*

Leite *et al* (2011) ao realizar um curso de formação para merendeiras em Salvador destacou que houve a necessidade de informar as merendeiras sobre o PNAE, pois segundo os autores muitas não tinham noção do que era o programa, seus objetivos e características de gestão.

O que justificaria isso? Como pode um funcionário trabalhar em algo que não conhece? Diante disso, o trabalho desses profissionais seria apenas uma atividade mecânica que se resume a receber a mercadoria, preparar a merenda, servir e higienizar. Não há informação e esclarecimento sobre o PNAE e a importância do trabalho da merendeira para este programa.

A merendeira é a atriz – chave do PNAE e não sabe o que é o programa e pior, nunca ouviu falar. Trabalha diariamente em todas as atividades de execução e distribuição da alimentação escolar e não tem o mínimo de conhecimento sobre o seu próprio trabalho, apenas o põe em prática de forma mecânica sem realizar, aparentemente qualquer reflexão sobre as atividades exercidas. No entanto, não observei qualquer estresse ou decepção pelo não conhecimento do programa. É como se não importasse saber do discurso do PNAE, alimentação saudável, etc.

Para os gestores trata-se de trabalhadoras com pouca escolaridade que não tem interesse em refletir o assunto. E por isso, sugeriram que eu entrevistasse outros funcionários mais esclarecidos. Essa sugestão não foi acatada e realizei as entrevistas sem identificar tais profissionais.

Ao considerar as merendeiras como pessoas de pouca escolaridade, subestimam suas capacidades, privando-as de fornecer informações básicas por considerar que não serão capazes de compreender o que lhes é transmitido. Por isto, possivelmente, não as convidem para conhecer suas sugestões, não divulguem os projetos desenvolvidos nas unidades escolares. Dessa forma as merendeiras são consideradas sujeitos incapazes de contribuir com a escola, de desenvolver críticas, serem atuantes e criativas.

Estas possuem conhecimento e experiências, do convívio com os colegas de trabalho e com os escolares. Vivências que são fundamentais para o desempenho de suas atividades e que podem contribuir efetivamente para o sucesso do PNAE.

Os cursos de capacitação que geralmente são realizados para os funcionários da alimentação escolar não esclarecem sobre o PNAE e nem atendem as expectativas desses profissionais. Takahashi; Pizzi; Diniz (2010) identificaram que os conteúdos das capacitações são voltados para conhecimentos técnicos de higiene e nutrição, perdendo um importante momento para dialogar com as merendeiras sobre suas vivências, experiências, dificuldades e encontrar conjuntamente melhorias para o trabalho.

Teo; Sabedot; Schafer (2010) mencionam que o tipo de capacitação que tem sido oferecido é voltado para trabalhadoras manuais, operacionais e tarefas. Mas, na minha opinião, não basta transmitir informações sobre a melhor conduta e como executar as tarefas diárias na elaboração das preparações. É preciso que os cursos tratem esses profissionais como sujeitos ativos que tem condição de ir além das normas técnicas. Suas sugestões e experiências poderiam gerar transformações positivas para o PNAE.

Até então, na Bahia, as capacitações são escassas e incompletas. Geralmente abordam técnicas de manipulação de alimentos, ministradas de modo superficial com metodologias que não favorecem o aprendizado. As merendeiras não sabem referir os temas aludidos nos cursos.

É preciso apresentar assuntos diretamente ligados às suas práticas, suas tradições. Nunca lhes perguntaram previamente que temas poderiam discorrer nos cursos. Nunca quiseram saber sobre suas ansiedades e expectativas.

Leite *et al* (2011) diz que os cursos deveriam acontecer anualmente, pois algumas pessoas aprendem e depois esquecem. Esse fato demonstra a superficialidade e a distância de conteúdos para estas trabalhadoras.

As merendeiras, colaboradoras do presente estudo, nunca participaram ou não tiveram qualquer capacitação. Duas mencionaram já terem feito algum curso, mas não sabem referir do que se tratava especificamente e afirmaram que estes ocorreram há muito tempo.

Muitas merendeiras foram remanejadas de outros setores. Não há uma formação específica para a função, talvez por isso não tenham participado de capacitações e não tenham conhecimento sobre o programa ao qual fazem parte.

A insuficiência de capacitações freqüentes para as merendeiras acaba por propiciar inadequações na execução de suas atividades, desvalorização profissional e riscos a saúde dos comensais decorrentes da manipulação imprópria na produção dos alimentos.

Apesar de não conhecerem os objetivos do PNAE consideram a alimentação escolar indispensável para a manutenção da saúde. *“Porque se eles comerem tudo aqui, já estão se livrando de doença” (Roberta)*

Um exemplo para justificar o desconhecimento sobre o PNAE é a alegação de não terem tempo de assistir televisão devido aos afazeres domésticos. *“Já ouvi falar não lembro assim. Porque eu não assisto muita televisão. Quando chego em casa*

tem minhas coisas para fazer, arrumo tudo. Uma vez ou outra passa a reportagem” (Fernanda).

O nome do programa parece apresentar pouca significação. Ou seja, o que quer dizer Programa Nacional de Alimentação Escolar? Todas as entrevistadas demonstram total falta de informação acerca do PNAE, pensam que é um programa de televisão; um programa de saúde; e não fazem qualquer associação com o seu trabalho.

Mas, apesar disso, entendem a importância da alimentação escolar para os estudantes e para as atividades escolares. *“Ele (o escolar) chega aqui e se não tem merenda ele não vai ter disposição para estudar. [...] se ele não encontra nada será que ele vai ter força para estudar? Não vai ter” (Carla).*

É senso comum, o vínculo da alimentação e da melhor aprendizagem, em que comer e apreender aparece como indissociáveis. A força para estudar está na comida. *“Estar bem alimentado fica com capacidade pra ler melhor, pra vir pra escola com mais animação” (Nilza).* As merendeiras reconhecem a importância da alimentação para a aprendizagem do escolar.

Sua visão é pontual. Ela pensa na fome fisiológica do escolar enquanto está em sala de aula, e não entende o PNAE (depois que lhe expliquei e mostrei os objetivos) como promotor da formação de hábitos alimentares saudáveis. Para elas, uns precisam mais que outros.

Você vê quando é desnutrido que precisa do alimento da escola. Vem com fome mesmo. Já presenciei menino chegar aqui com fome, e hoje em dia a merenda daqui supera. Porque eles não têm em casa o que comer. Alguns (Marta).

Para as merendeiras, alimentação escolar é para criança que não tem o que comer em casa. A alimentação escolar não é considerada “comida de pobre”, mas, é destinada às crianças carentes.

Sobre isso, Freitas *et al* (2008) se referem aos casos de desmaios e dores de cabeça entre os escolares por não se alimentarem em suas casas e que muitos tem a alimentação escolar como única refeição do dia.

Outro ponto destacado pelas merendeiras das escolas do Cabula, é a relação entre comida e saúde. O programa é considerado como colaborador para a condição de saúde dos estudantes, pois a depender das preparações, estas podem evitar ou

provocar o surgimento ou agravamento de patologias.”*Pode sim, por causa de tudo. Se fizer aqui dentro só coisa frita, os meninos vão ficar doentes*” (Roberta). Retoma nessa fala a preocupação e o cuidado que as merendeiras têm com os escolares

Os funcionários da escola foram estudantes no passado e se alimentavam da merenda. Já estão acostumados a comer na escola, também são carentes e precisam dessa refeição para realizar suas atividades diárias. É comum tanto as merendeiras como demais funcionários da escola se alimentarem das preparações servidas pelo programa.

Porque o que sustenta eles (os funcionários) é a merenda. Eu acho que é pra todo mundo. Já imaginou todo mundo trabalhar o dia todo e não ter nada pra botar na boca? Já pensou se a merenda fosse paga também? Quase ninguém ia pagar. A classe da gente é muito baixa [...] E se o governo puder ampliar mais e tiver outras idéias maravilhosas que traga para as escolas públicas, que está precisando de mais idéias (Marta).

Para a merendeira Nilza, a alimentação escolar é o fator determinante da freqüência do aluno na escola. *“Ele (o PNAE) é importante porque tem muita criança que vem pra escola pra merendar”*. Observação semelhante foi constatada por Bezerra (2009) em seu estudo sobre os significados e implicações da merenda escolar, em que a merendeira, os professores e gestores impregnados pelas representações que circulam, afirmam que o estudante vai para a escola principalmente por causa da alimentação.

Nesse mesmo estudo o autor cita a versão dos escolares, e estes não associam a sua permanência na escola ao PNAE. Eles sabem com clareza o porquê de estar freqüentando a escola, que é o de conseguir um bom emprego, suficiente para se manter e ajudar a família. Essa assimetria de opiniões está também entre as merendeiras.

Tem uns que nem olham para o estudo. Às vezes a mãe manda porque não tem um meio de manter o menino dentro de casa. Não tem alimento [...] Porque você já imaginou uma escola sem uma cantina? Será que eles iriam até o meio dia estudando? Eles não iriam [...] Eles não teriam condições de ficar sentado o tempo todo ouvindo só o professor falando com a barriga roncando (Marta).

Apesar de não representar um programa assistencialista, mas o de contribuir com a oferta de uma alimentação saudável aos escolares enquanto estão na escola,

o PNAE acaba auxiliando o público de maior baixa renda. Desta forma, conseqüentemente contribui com toda a família. “*Então têm pai que tem quatro, cinco, seis filhos. Ele não trabalha o que faz um bico aqui e ali*” (Nilza). As merendeiras conhecem bem o perfil dessas famílias, por pertencerem às mesmas comunidades, e reconhecerem as dificuldades enfrentadas por estas.

Para elas, a alimentação escolar é relevante por contribuir para redução da criminalidade. A questão da violência e a preocupação com a marginalidade estão presentes na fala da merendeira.

E também ajuda os escolares, pois quantos estão ai às vezes... não tem o que comer. Vão para rua fazer coisa errada e na escola eles têm o que comer. Aí não tem necessidade de fazer coisa errada na rua. E não pegar nada de ninguém. Chega aqui come se alimenta não precisa pegar nada de ninguém (Fernanda).

Embora a merenda seja considerada essencial para a permanência escolar, esse pensamento não é permanente, ou seja, segundo a merendeira alguns escolares não a valorizam. Também, está no pensamento das merendeiras que a merenda é uma doação, um favor do Estado e que não pode ser rejeitada. Provavelmente não se tem a noção do direito humano, um direito alimentar de todos os estudantes.

A alimentação escolar além de todos os fatores abordados foi relacionada ao bem estar da comunidade escolar. Oferecer a merenda significa a hora alegre do dia. O estado de felicidade do estudante está vinculado à alimentação.

As narrativas das merendeiras demonstram que o vínculo entre as merendeiras e os escolares parece transcender a relação entre comensais e serventes. Há em seus significantes o cuidado, o amor, a comparação com os entes familiares. O que demonstra que a importância do PNAE vai além de suprir as necessidades nutricionais dos estudantes. “*A gente faz o lanche, a comida, com amor e carinho porque eles comem e agradecem: oh tia está bom*” (Fernanda).

O vínculo afetivo que as merendeiras estabelecem com os escolares foi também observado por Teo; Sabedot; Schafer (2010). Uma das entrevistadas em seu estudo relata que o relacionamento dela com os estudantes é maternalizado. A recíproca parece que também é verdadeira, pois Leite *et al* (2011) em seu trabalho coletou desenhos de escolares sobre o significado da merendeira para eles e

encontrou como significantes a presença da “tia” que prepara a comida com carinho e amor.

Essa relação de aparente afeto entre escolar e merendeira pode ser relacionada ao convívio diário entre eles. Para a merendeira surge a real preocupação em alimentar adequadamente os estudantes enquanto estão no ambiente escolar e para os escolares o respeito por aquelas que preparam as refeições e lhes serve diariamente.

6.2 A ausência do nutricionista nas escolas

Os cardápios da alimentação escolar devem ser planejados por um nutricionista habilitado. Ao elaborar o cardápio é preciso considerar vários fatores condicionantes e determinantes, como: a comunidade, localização, cuidados higiênicos com o preparo, conservação dos alimentos, crenças, tabus entre outros.

Para auxiliar o nutricionista nesta atividade convém dialogar com as merendeiras, visto que são essas profissionais que produzem as refeições e que conhecem o fluxo de trabalho além de estarem em contato direto com os escolares. Assim podem identificar as falhas, a rejeição, aceitação e sugestões dos estudantes e contribuir para melhorias no PNAE.

A partir das resoluções promulgadas no ano de 2005, o nutricionista torna-se legalmente o responsável técnico pela alimentação servida no PNAE e as cantinas escolares consideradas Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN's) (BRASIL, 2005; BRASIL, 2006). Mas o que pode observar é a ausência desse profissional em desacordo com a Resolução CFN Nº 358/2005, que os designam como responsáveis para elaboração do cardápio da alimentação escolar e fiscalização.

Esta falta na orientação das refeições leva as merendeiras a tomarem decisões referentes ao cardápio e preparo. Isso, entretanto não significa maior valor como profissional da área de alimentação.

Elas contam que houve a visita de técnicos, talvez nutricionistas, na escola para conferir e orientar o armazenamento dos gêneros alimentícios. Contudo, não foram a elas apresentados. Sentiram-se, portanto desprezadas pelos gestores.

Disseram-me que sentem a ausência de profissionais na escola que possam colaborar com a melhoria do seu trabalho, que as orientem na produção de refeições.

Tem duas coisas que eu falo aqui: tem que ter nutricionista e psicóloga na escola, como antigamente tinha. Pra conversar, ver se a gente se calma mais [...] Eu acho que deveria pelo menos uma vez no mês a nutricionista vim aqui olhar como é que está a alimentação. Olhar a merenda. Eu acho que tudo bem orientado é bom. Já tenho consciência que não pode botar óleo. Mas uma pessoa ignorante que não é bem orientada.... (Roberta).

Além da demonstração de insatisfação em relação à ausência de um profissional nutricionista que possa orientar a adequada produção e elaboração do cardápio é salientada também pela merendeira a falta de uniformes e utensílios de uso pessoal que deveria ser disponibilizado para esses funcionários.

As roupas da gente não são adequadas. Mas só que a gente não pode fazer nada. Eu não tenho farda [...] estamos precisando de uma sapatilha. Porque a gente não pode ficar com os pés molhando a sandália. Isso está errado (Marta).

As merendeiras chegaram a me questionar se eu era representante da Secretária de Educação do Estado da Bahia, para aproveitar a oportunidade e solicitar o fardamento completo para trabalharem.

A presença do nutricionista nas escolas é considerada importante para melhoria no planejamento do cardápio, orientação no preparo e conseqüentemente maior aceitação por parte dos escolares. A participação desse profissional também é enfatizada pelas merendeiras como fundamental no controle da saúde dos comensais. Segundo elas o nutricionista pode fazer o acompanhamento de estudantes portadores de patologias em que a alimentação tenha influência sobre a sua progressão ou controle.

Ao ser inserido na escola o nutricionista tem a oportunidade de desenvolver outros papéis ademais de administrador de refeições. Pode também atuar como educador em nutrição e participante do processo de transformação do espaço da merenda escolar (COSTA; RIBEIRO; RIBEIRO, 2001). Ao interagir com a comunidade escolar além de planejar os cardápios e orientar a sua confecção, pode e deve propor atividades que esclareçam a importância do programa e favoreça a promoção à saúde.

No entanto, sabe-se que a relação entre cozinheiros e auxiliares com nutricionistas nem sempre é harmônica, pois a fiscalização e a exigência em seguir

normas muitas vezes incomodam os manipuladores de alimentos que estão com outras praticas enraizadas.

Sobre o PNAE pude observar que as merendeiras não têm o mínimo de conhecimento acerca do programa ao qual trabalham, mas julgam a merenda, como é conhecida a alimentação escolar, de extrema importância. Consideram fundamental a presença do profissional nutricionista auxiliando no planejamento e execução das preparações e ressentem a sua ausência.

6. CONCLUSÃO

Através das narrativas das merendeiras foi possível, interpretar os significados por elas atribuídos ao PNAE. Para elas trata-se de merenda ou alimentação escolar, pois, não conhecem o PNAE. Pensam que é um programa de televisão, ou uma merenda escolar distante do seu trabalho.

Não há qualquer vínculo entre PNAE e a refeição que faz para seus escolares. Não há qualquer interesse sobre o PNAE. Para elas, é só estranhamento. Não o reconhecem, nem sabem sobre seus objetivos, e entendem a merenda como parte das atividades do recreio. Nunca ouviram falar do PNAE ou não se lembram. A intersubjetividade das falas mostra o total desconhecimento do nome do programa que trabalham.

Suas falas descortinaram um tipo de trabalho extenuante no decorrer das transformações do PNAE, acumulado de funções para atender a maior oferta de preparações e mais complexas. Concomitante ao aumento das atividades não houve modificação no quadro de funcionários, e não foram disponibilizados cursos de formação nem efetivas melhorias na estrutura física das cozinhas.

No entanto, apesar dessas condições desfavoráveis, observa-se a conformidade de sua condição como se internalizasse uma identidade de desvalida social em que “*o trabalho é assim mesmo*” e “*ser merendeira é duro*”. Ou pessoas que “*ninguém vê*” ou “*ninguém quer ver*” na escola. Uma invisibilidade que ao refletirem se sentem ressentidas em seu mundo social e pessoal. Seu trabalho se resume a preparar, cozinhar, servir pratos, centenas de pratos e rapidamente, depois limpar, lavar, preparar o próximo turno.

Devido à baixa escolaridade e a invisibilidade de seu esforço no trabalho, as merendeiras sentem vergonha de sua situação. Por este motivo, e pelo trabalho desgastante, não se interessam e nem lhes sobra tempo para entender sobre a aceitação ou a rejeição da comida pelos escolares. Trabalham na automação do cotidiano pesado. Não pensam sobre hábitos e nem sobre alimentação saudável. Mas se comovem com o estudante carente que lhe solicita a repetição da refeição.

Para elas, saudável é o que veicula na mídia que tem acesso, como a televisão enquanto fazem afazeres domésticos, o rádio e algumas revistas. Mas dizem que não tem acesso nem tempo para mudar sua alimentação para saudável.

Não “*pararam*” para entender se a merenda escolar que fazem é ou não saudável. Em algum momento uma merendeira reflete sobre este assunto enquanto a entrevisto. Mas de fato, o termo saudável, é um apelo meu, e não marca qualquer importância em seu trabalho (em seu mundo).

A pesquisa mostra que é limitada a percepção dessas trabalhadoras quanto a sua importância no ambiente escolar assim como no processo de aprendizagem dos estudantes. Isto afeta a noção de direito alimentar dos escolares bem como a produção de hábitos alimentares saudáveis. Sentem-se desvalorizadas pelos baixos salários e pela permanente falta de material de limpeza, uniformes e estrutura física das cozinhas. Para elas escola é lugar de trabalhar, comer, sujar e limpar.

Faz-se necessário repensar a estrutura de cozinhas escolares. Também valorizar suas profissionais, as merendeiras, ouvindo suas ideias, discutindo problemas relacionais à alimentação escolar. Ao incorporar seus saberes, experiências e vivências é possível nascer uma nova relação no processo de conhecimento e transformações das condições de trabalho.

Para que a merendeira tenha uma formação completa que atenda as suas expectativas e as do PNAE é preciso rever os conteúdos dos cursos de capacitação e incluir discussões de estratégias diversas e complementares. Todavia, não bastam capacitações e formações, é necessário mudar a ideologia no sentido de valorizar o trabalho da merendeira, melhorar as estruturas das cozinhas, a remuneração.

É necessário um olhar democrático por parte dos gestores, um olhar mais atento para as potencialidades das merendeiras. Creio que elas podem oferecer uma prática observacional e crítica dos problemas que cercam os hábitos e a aceitabilidade das refeições dos consumidores escolares, se forem valorizadas como sujeitos de seu trabalho.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer – O poder soberano e a vida nua**. Tradução Henrique Burigo, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARENDT, Hanna. **Sobre a violência**. Tradução de André Duarte. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ASSUNÇÃO, Marilena Pacheco. O fazer cozinheiro. In: FREITAS, M. C. S; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. **Escritas e Narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 111 – 128.

BAUER, Martin. W.; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes 2002.

BAUER, Martin. W.; JOVCHELOVIT, Sandra. Entrevista narrativa. In: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. (P. A. Guareschi, Trad.). Petrópolis: Vozes 2002. p. 90-112.

BERTAUX, Daniel. **Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos**. Tradução Zuleide Alves Cardoso Cavalcante; Denise Maria Gurgel Lavallée. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010. 154p.

BEZERRA, José Arimateia Barros. Alimentação e escola: significados e implicações curriculares da merenda escolar. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v.14, n. 40, jan. /abr, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989. 311p.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução 196/96**. Decreto nº 93933, de janeiro de 1987. Estabelece critérios sobre pesquisa envolvendo seres humanos. *Bioética*, v.4, n. 2. Suplemento, 1996, p.15-25.

BRASIL. Resolução CFN Nº 358/2005. **Dispõe sobre as atribuições do Nutricionista no âmbito do Programa de Alimentação Escolar e dá outras providências**. Diário Oficial da União, 22 jun 2005.

BRASIL. Resolução CFN Nº380/2005. **Dispõe sobre a definição das áreas de atuação do nutricionista e suas atribuições, estabelece parâmetros numéricos de referência, por área de atuação, e dá outras providências.** *Diário Oficial da União*, 10 jan 2006.

BRASIL. Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Secretaria de Atenção à Saúde. **Glossário temático: alimentação e nutrição.** Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2007.

BRASIL. Lei Nº 11.947, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica;** altera as Leis no 10.880 de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória nº 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei nº 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 17 jun 2009a.

BRASIL. Resolução FNDE/CD Nº 38 de 16 de julho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.** *Diário Oficial da União*, 17 jul 2009b.

BRASIL – **Censo de Alimentação Escolar.** Disponível em URL: <https://www.fnde.gov.br/pnaeweb/publico/relatorio>. Acessado em 11 agosto 2011a.

BRASIL – **Histórico do Programa Nacional de Alimentação Escolar.** Disponível em URL: <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico> Acessado em 18 agosto 2011b.

BRASIL. IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/catálogos/indicadores>. Acessado em agosto 2011c.

BRASIL. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.** Relatórios de desenvolvimento humano. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Summary.pdf. Acessado em 05 de novembro de 2011d.

CARVALHO, Alice Teles. et al. Programa de alimentação escolar no município de João Pessoa – PB, Brasil: as merendeiras em foco. *Interface – Comunicação Saúde e Educação*. v.12, n.27, p.823-34, out/dez, 2008.

CHAVES, Fátima Machado. **O trabalho de serventes e merendeiras de escolas públicas da cidade do Rio de Janeiro**. 1998. Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Estudos Sociais Aplicados. Faculdade de Educação. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.

_____. Desigualdades de Gênero e de Raça na Saúde das Trabalhadoras da Merenda e da Limpeza nas Escolas Municipais do Rio De Janeiro. In: XXIII Simpósio nacional de História – **História: Guerra e Paz**, 2005, Londrina. Programas e Resumos. Londrina: Mídia, p.10. 2005.

COSTA, Éster de Queiróz; RIBEIRO, Victoria Maria Brant; RIBEIRO, Eliana Claudia de Otero. Programa de alimentação escolar: espaço de aprendizagem e produção de conhecimento. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 14, n. 3, p 225-229, set./dez., 2001.

COSTA, Éster de Queiróz; LIMA, E. S.; RIBEIRO, V.M. O treinamento de merendeiras: análise do material instrucional do Instituto de Nutrição Annes Dias — Rio de Janeiro (1956-94). **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v.9, n.3, set./dec., p. 535-560, 2002.

COSTA, Lilian Magda. **O programa nacional de alimentação escolar (PNAE) na perspectiva dos usuários: um estudo de caso**. 2004. 111f. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2004.

Da MATTA, R. Sobre comidas e mulheres... In: **O que faz o Brasil, Brasil?** Roco, Rio de Janeiro, 1986.

DANELON, Maria Angélica Schievano; DANELON, Mariana Schievano; SILVA, Marina Vieira. Serviços de alimentação destinados ao público escolar: análise da convivência do Programa Nacional de Alimentação Escolar e das cantinas. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, V 13, n. 1, p 85-94, 2006.

FERNANDES, Rosali Braga; SANTOS, Rosângela Leal; SANTO, Sandra Medeiros. O crescimento urbano em Salvador e os impactos ambientais na formação do Cabula – bairro popular estratégico da cidade. **Revista Bibliográfica de Geografia e Ciências sociais**, v. IX, n 521, 2004.

FREITAS, M. C. S. *et al.* Alimentação na escola pública: um estudo com adolescentes em unidades de ensino de municípios baianos. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. **Escritas e Narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 37 – 53.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; MINAYO, MCS; FONTES, GAV; **Percepção do PNAE por escolares em municípios da Bahia**. CECANE, FNDE, Salvador, 2009.

FREITAS, Maria do Carmo Soares; MINAYO, Maria Cecília de Souza; FONTES, Gardênia Abreu Vieira. Sobre o campo da Alimentação e Nutrição na perspectiva das teorias compreensivas. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.1, p. 31-38, 2011.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e Método**. Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis, editora Vozes, 1997.

LEITE, Catarina, Lima et al. Formação para merendeiras: uma proposta metodológica aplicada em escolas estaduais atendidas pelo programa nacional de alimentação escolar, em Salvador, Bahia. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 24, n 2, mar. /abr., 2011. Disponível em: < [http:// www.scielo.br](http://www.scielo.br)>. Acesso em 08 set. 2011.

MARTINS, Rita de Cássia Bertolo. Aceitabilidade da alimentação escolar no ensino público fundamental. **Saúde em Revista**, Piracicaba, v. 6, n. 13, p. 71-78, 2004.

MIELNICZUK VBO. **Gosto ou Necessidade? Os Significados da Alimentação Escolar no município do Rio de Janeiro**. 2005. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) –Ciência Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 25.ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. 108p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 11.ed. São Paulo: Hucitec, 2008. 269p.

MONLEVADE, João Antonio Cabral. Técnico em alimentação escolar: um novo profissional para a educação básica. **Em Aberto — Merenda Escolar**, Brasília, ano XV, n 67, MEC/SEDIA/Inep, p. 124-8, 1995.

MUNIZ, Vanessa Messias; CARVALHO, Alice teles de Carvalho. O programa Nacional de Alimentação Escolar em município do estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. **Revista de Nutrição**, Campinas, V.20, nº3, may./june., 2007.

NEVES, Mary Yale Rodrigues.; BEZERRA, E. N. R; MUNIZ, H. P. **O limiar entre a saúde e a doença no processo de trabalho de merendeiras e serventes.** In: I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2003, João Pessoa. Anais do I Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. João Pessoa: EDUFPB, 2002.

NUNES, Bernadete de Oliveira. **O sentido do trabalho para merendeiras e serventes em situação de readaptação nas escolas públicas do Rio de Janeiro.** 2000. 161f. Dissertação (Mestrado). Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 2000.

NUNES JUNIOR, Armandino Teixeira. A pré-compreensão e a com apreensão na experiência hermenêutica. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 7, fev., 2003. disponível em:<http://jus2.uol.com.br/doutrina/textos.asp?id=3711>. Acesso em: 30 set. 2010.

PAIVA, Janaína Braga. **Hábitos alimentares regionais no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar em um município do sertão baiano: uma abordagem qualitativa.** Dissertação (Mestrado). Universidade Federal da Bahia, 133p. 2011.

PEDRAZA, Dixis Figueroa et al. Avaliação do Programa de Alimentação Escolar Municipal de Olinda – Pernambuco. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, v. 20, n 2, p. 76-85, 2007.

PENA, Paulo Gilvane Lopes; FREITAS, Maria do Carmo Soares de Freitas; Cardim, Adryanna. Trabalho artesanal, cadências infernais e lesões Poe esforços repetitivos: estudo de caso em uma comunidade de marisqueiras na ilha de Maré, Bahia. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v. 16, n 8, 2011.

RAMALHO, Rejane Andréa; SAUNDERS, Cláudia. O papel da educação nutricional no combate às carências nutricionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, V. 13, n , p. 11-16, jan./abr., 2000.

RICOEUR, P. **Interpretação de textos**. Lisboa, Cultrix, 1990.

SANTOS, Ligia Amparo da Silva. A questão alimentar na trajetória do pensamento antropológico clássico. In: FREITAS, M. C. S.; FONTES, G. A. V.; OLIVEIRA, N. **Escritas e Narrativas sobre alimentação e cultura**. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 277 – 303.

SCHUTZ, A. **Fenomenologia e relações sociais**. Rio de Janeiro: Zahar; 1979.

SILVA, Edil Ferreira. **Trabalhadores/as de escola e construção de uma “comunidade aplicada de pesquisa”**: a busca da promoção da saúde a partir dos locais de trabalho. 2003. 265 f. Tese (Doutorado). Fundação Oswaldo Cruz. Escola Nacional de Saúde pública. Rio de Janeiro, 2003.

SOBRAL, Francine; COSTA, Vera Mariza H. de Miranda. Programa Nacional de Alimentação Escolar: sistematização e importância. **Alimentos e Nutrição**, Araraquara, v. 19, nº1, p. 73-81, jan/mar., 2008.

SOUZA, Kátia Reis et al. O desenvolvimento compartilhado de impressos como estratégia de educação em saúde junto a trabalhadores de escolas da rede pública do Estado do Rio de Janeiro. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, V. 19, n 2, mar./apr., 2003.

SPINELLI Maria Angélica Santos, CANESQUI Ana Maria. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 – 1995). **Revista de Nutrição**, V. 15, n 01, p. 105-117, 2002.

STURION, Gilma Lucazechi et al. Fatores condicionantes da adesão dos alunos ao Programa de Alimentação Escolar no Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 18, n. 2, mar./abr. 2005.

TAKAHASHI, Maria Alice Batista Cinti; PIZZI, Célio Roberto; DINIZ, Eugênio Pácelo Haltem. Nutrição e dor: o trabalho das merendeiras nas escolas públicas de Piracicaba- para além do pão com leite. **Revista Brasileira de saúde Ocupacional**, São Paulo, v. 35, n 122, p. 362-373, jun. 2010.

TEO, Carla Rosane Paz Arruda; SABEDOT, F. R. B.; SCHAFER E. Merendeiras como agentes de educação em Saúde da comunidade escolar: potencialidades e limites. **Revista Espaço para a Saúde**, Londrina, v.11, n.2, p. 11-20, jun. 2010.

TRIGO, Marlene et al. Tabus alimentares na região norte do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 23, nº6, dec. 1989.

VICTORIA, Ceres Gomes; KNAUTH, D. R.; HASSEN, M. N. A . **Pesquisa Qualitativa em Saúde: Uma introdução ao tema**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000. 133p.

VILHENA, Junia. Palavras sufocadas...atos desesperados. Violência, lei e subjetivação. **Latin American Journal of Fundamental Psychology Online**. São Paulo, V. 5, n. 2, p. 241-252 nov. 2008

WOORTMAN, Klaas. **A família das mulheres**. Rio de janeiro: Tempo Brasileiro, 1987. 316p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM MERENDEIRAS DO PNAE

Bloco A: Ambiente de trabalho

- Relação com os colegas e demais membros da escola
- Descrição da rotina de trabalho; o cotidiano na escola;
- Descrição das condições de trabalho (ambiente, equipamentos, etc.)
- Você acha que seu trabalho causa desgaste físico? Falar sobre isto (por que? E sugestões).
- A sua relação com os funcionários da escola;

Bloco B: Acepções sobre alimentação

- Como é sua alimentação em casa;
- Se teve merenda escolar quando era estudante; como era? Do que mais se recorda;
- O que entende por alimentação saudável;
- Considerações sobre a relação da higiene no preparo dos alimentos;
- Sobre práticas alimentares (proibições, tabus em mesclar alimentos, quais suas tradições); e se traz estes costumes para o trabalho;
- Opinião sobre o cardápio do PNAE e os hábitos alimentares dos escolares;
- O PNAE pode contribuir para a saúde;
- Vocês da escola se preocupam com a aceitação ou não da merenda por parte dos estudantes?
- Citar e explicar os motivos das preferências das refeições servidas;

Bloco C: PNAE

- Conhece o PNAE? Definir;
- Qual a importância do PNAE/ merenda para a escola, os estudantes, a família dos estudantes;
- A relação com a nutricionista;

APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO PARA MERENDEIRAS ESCOLARES



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE NUTRIÇÃO
MESTRADO EM ALIMENTO, NUTRIÇÃO E SAÚDE

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Prezado (a) senhor (a),

Você está sendo convidado a participar da pesquisa intitulada “**Acepções de merendeiras sobre o programa nacional de alimentação escolar em um bairro de Salvador, Bahia**”. O objetivo do trabalho é compreender os significados atribuídos por merendeiras escolares de escolas públicas de Salvador sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar e suas reflexões em relação a sua prática. Para a execução da pesquisa serão realizadas entrevistas e observação do ambiente de trabalho.

As informações obtidas e seu nome em nenhum momento serão divulgadas. Caso se sinta constrangido em responder as perguntas da entrevista, você terá todo o direito de interrompê-la. Assim como tem todo o direito de não querer participar desta pesquisa ou retirar seu consentimento em qualquer período. Participar da pesquisa não trará nenhum risco para você nem para terceiros. As entrevistas serão destruídas após o período de 2 anos.

Estou disponível para qualquer outro esclarecimento nos telefones: (71) 88794210/ (71) 9922228. Endereço: Rua Silveira Martins Nº11, bloco 03, apartamento 102, Cabula/Salvador-BA. Email: ipinto2@yahoo.com.

Caso queira reclamar sobre esta pesquisa, poderá dirigir-se pessoalmente a mim ou enviar reclamação para Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal da Bahia: Rua Araújo Pinho, 32. Bairro: Canela, Salvador-BA. Telefone: (71) 3283-7704, email: cepnut@ufba.br.

Atenciosamente,

Índira Menezes Pinto de Castro Tanajura
(pesquisadora responsável)

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu, _____
_____ aceito participar da pesquisa intitulada “**Acepção das merendeiras sobre as refeições elaboradas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: Um estudo em um bairro de Salvador, Bahia**”, desenvolvida por Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura, mestranda do Programa de Pós-Graduação da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, Mestrado em Alimentos, Nutrição e Saúde.



Assinatura de entrevistado

Assinatura de Testemunha

Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura (pesquisadora)

Responsável por aplicar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Data:

_____/_____/_____

ANEXOS

**ANEXO A - Autorização da Secretaria de Educação do estado da Bahia
(SEC)**



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Superintendência de Organização e Atendimento da Rede Escolar
Diretoria de Manutenção e Suprimento Escolar
Coordenação de Alimentação Escolar

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a Sra. **Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura**, RG Nº 5780236-01, Mestranda do Curso de Pós graduação em Alimento, Nutrição e Saúde de Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia – ENUFBA, a realizar entrevista com cozinheiras escolares (Merendeiras) e estudantes das seguintes Unidades Escolares Estaduais:

- 1 – Colégio Estadual Roberto Santos**
- 2 – Escola de 1º grau Gov. Roberto Santos**
- 3 – Colégio Estadual Francisco da Conceição Menezes**

Salvador, 28 de Julho de 2010


Eliane Teodoro da Silva
Coordenadora de Alimentação Escolar
Coordenadora Alim. 11.446.327-3
COOR. SUP. DE ALIM. ESCOLAR

ANEXO B - PARECER DO COMITÊ DE ÉTICA E PESQUISA



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE NUTRIÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA - CEPNUT
Rua Araújo Pinho, 32, Canela
40.110-150 Salvador, Bahia, Brasil
Tel: (71) 3283-7704. Fax: (71) 3283-7705

Formulário de Aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa


Projeto de Pesquisa: "Acepção das merendeiras sobre as refeições elaboradas pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar: um estudo de caso em um bairro de Salvador, Bahia".

Pesquisador: Indira Menezes Pinto de Castro Tanajura
Área Temática: Grupo III
Parecer: 14/10

Os Membros do Comitê de Ética em Pesquisa, da Escola de Nutrição da Universidade Federal da Bahia, reunidos em sessão ordinária no dia 27 de setembro de 2010, resolveram pela aprovação do projeto. O pesquisador deverá seguir as orientações do parecer consubstanciado, bem como comunicar ao CEP a respeito do andamento da pesquisa através de relatórios anuais, conforme disposto na resolução Nº 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde.

Situação: APROVADO

Salvador, 27 de setembro de 2010.


Néuza Maria Miranda dos Santos
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa
Escola de Nutrição
Universidade Federal da Bahia